

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO**

Bruna Dalponte Goudel
Mikaella Campos Miguel

**POLÍTICAS PÚBLICAS LOCAIS VOLTADAS AO DESENVOLVIMENTO
EMPREENDEDOR: um comparativo entre Brasil e Alemanha**

Florianópolis

2017

Bruna Dalponte Goudel
Mikaella Campos Miguel

**POLÍTICAS PÚBLICAS LOCAIS VOLTADAS AO DESENVOLVIMENTO
EMPREENDEDOR: um comparativo entre Brasil e Alemanha**

Trabalho de Curso apresentado à disciplina CAD 7305
como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel
em Administração pela Universidade Federal de Santa
Catarina.

Enfoque: Monográfico.

Área de concentração: Administração Pública e
Empreendedorismo.

Orientador: Prof. Dr. Bernardo Meyer.

Florianópolis

2017

**POLÍTICAS PÚBLICAS LOCAIS VOLTADAS AO DESENVOLVIMENTO
EMPREENDEDOR: um comparativo entre Brasil e Alemanha**

Este Trabalho de Curso foi julgado adequado e aprovado na sua forma final pela Coordenadoria de Trabalho de Curso do Departamento de Ciências da Administração da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 22 de Junho de 2017.

Prof. Martin de La Martinière Petroll, Dr.
Coordenador de Trabalho de Curso

Avaliadores:

Prof. Bernardo Meyer, Dr.
Orientador
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Gerson Rizzatti Júnior, Dr.
Avaliador
Universidade Federal de Santa Catarina

Doutoranda Larissa Ferreira Tavares.
Avaliadora
Universidade Federal de Santa Catarina

AGRADECIMENTOS – Bruna Dalponte Goudel

Agradeço imensamente aos meus pais, Cleusa e Valmor, que com muito carinho e apoio, não mediram esforços para que eu chegasse até esta etapa da minha vida. Obrigada por todo amor incondicional, estímulo e compreensão. Muito obrigada também aos meus irmãos, Rafael e Roberta, pelas palavras de apoio e momentos de descontração que me confortaram nos momentos de preocupação.

Agradeço ao meu orientador, Professor Bernardo Meyer pelo carinho e ensinamentos desde a disciplina de Gestão Pública. Obrigada pela disponibilidade, confiança, gentileza, sugestões e paciência na orientação que tornaram possível a conclusão desta monografia.

Agradeço à Universidade Federal de Santa Catarina e ao corpo docente do curso de Administração pelos ensinamentos adquiridos ao longo desses quatro anos e meio.

A todos, que direta ou indiretamente, contribuíram com a minha graduação e com a minha pesquisa. Obrigada!

AGRADECIMENTOS – Mikaella Campos Miguel

Inicialmente aos meus pais, Mary e Miguel, que sempre me incentivaram e apoiaram nas minhas ideias, além de nunca me deixarem desanimar, por mais difícil que o caminho fosse.

Em especial a Mirella, Ana e Haziél, que com muita diversão, facilitaram o caminho a ser percorrido na graduação.

Ao Rafael, meu namorado, que teve paciência e principalmente muito incentivo mesmo em momentos que estive afastada para escrever, agradeço muito.

Ao nosso orientador, Prof. Dr. Bernardo Meyer, que além de ter sido um ótimo professor de Gestão Pública, proporcionou um período de orientação de excelência para o bom andamento da pesquisa.

A todos os entrevistados, que por mais ocupados que fossem, disponibilizaram seu tempo e conhecimento e aos Professores da Universidade de Münster, que mesmo da Alemanha, contribuíram para a pesquisa.

Ao meu gato Charlie, que me fez companhia em muitos dos momentos de escrita e quando precisava de incentivo para continuar.

A todos que mesmo sem saber, com conversas e conselhos, acabaram ajudando nesta etapa tão importante na vida de alguém, sou muito grata.

RESUMO

As políticas públicas formuladas para estimular as práticas empreendedoras têm ganhado destaque frente à importância de concentrar esforços para estabelecer um ambiente capaz de resguardar a capacidade inovadora intrínseca ao empreendedor. Desse modo, se configuram como ações e programas da administração pública visando ao desenvolvimento econômico, por meio do estímulo à atividade. O objetivo do presente estudo é apresentar um comparativo entre as principais ações promovidas para incentivar o empreendedorismo em Florianópolis e Münster, bem como descrever e analisar o cenário atual das iniciativas públicas das duas regiões. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, método comparativo e com objetivo descritivo. A coleta de dados se deu por meio da realização de treze entrevistas semiestruturadas e de documentos secundários, oriundos de arquivos públicos. A cidade de Florianópolis apresentou algumas políticas públicas que estão sendo idealizadas. Contudo, Münster não recebe apoio público direto de incentivo ao empreendedorismo. Mesmo com ambientes econômicos, sociais e culturais distintos, as cidades apresentaram padrões similares de promoção do ecossistema de empreendedorismo, principalmente por meio das relações sinérgicas entre capital humano proveniente das universidades e instituições que oferecem suporte para o desenvolvimento de empresas, como incubadoras, aceleradoras e parques tecnológicos.

Palavras-Chave: Administração Pública. Políticas Públicas. Ecossistema Inovador. Empreendedorismo.

ABSTRACT

Public policies formulated to stimulate entrepreneurial practices have been highlighted in the face of the importance of concentrating efforts to establish an environment capable of safeguarding the innovative capacity intrinsic to the entrepreneur. In this way, it is configured as actions and programs of the public administration aiming at economic development, through the stimulus to the activity. The objective of the present study is to present a comparison between the main actions promoted to encourage entrepreneurship in Florianópolis and Münster, as well as to describe and analyze the current scenario of the public initiatives of the two regions. It is a research of qualitative nature, comparative method and with descriptive objective. The data collection was done through the execution of thirteen semi-structured interviews and secondary documents from public archives. The city of Florianópolis presented some public policies that are being idealized. However, Münster does not receive direct public support to encourage entrepreneurship. Even with different economic, social and cultural environments, cities presented similar patterns of promoting the entrepreneurship ecosystem, mainly through synergistic relationships between human capital from universities and institutions that support the development of companies, such as incubators, accelerators and Technological parks.

Keywords: Public Administration. Public Policy. Innovative Ecosystem. Entrepreneurship.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Fatores do Ecosistema Empreendedor – Brasil.....	30
Figura 2 - Fatores do Ecosistema Empreendedor – Alemanha.....	31
Figura 3 – Evolução dos Modelos da Trílice Hélice	33
Figura 4 – Elementos do Ecosistema Empreendedor.....	34

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Instrumentos de Coleta e Análise de Dados	40
Quadro 2 – Relação de Entrevistados, Cargos e Formação.....	43
Quadro 3 – Síntese Comparativa de Florianópolis e Münster.....	47

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACATE	Associação Catarinense de Empresas de Tecnologia
ACIF	Associação Comercial e Industrial de Florianópolis
CDL	Câmara de Dirigentes Lojistas
GEM	<i>Global Entrepreneurship Monitor</i>
MEI	Micro Empreendedor Individual
MPE	Micro e Pequenas Empresas
SESCON	Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UDESC	Universidade do Estado de Santa Catarina
IFSC	Instituto Federal de Santa Catarina

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 OBJETIVOS	15
1.1.1 Objetivo Geral	15
1.1.2 Objetivos Específicos	15
1.2 JUSTIFICATIVA	15
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	18
2.1 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	18
2.2 GESTÃO PÚBLICA	20
2.3 POLÍTICAS PÚBLICAS	22
2.3.1 Estímulo à inovação e criatividade	23
2.3.2 Economia Informal	25
2.4 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	27
2.5 EMPREENDEDORISMO	29
2.5.1 Ecossistema Inovador e Empreendedor	31
2.5.2 Microcrédito como Estratégia de Fomento ao Empreendedorismo	36
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	38
3.1 CARACTERÍSTICAS DA PESQUISA	38
3.2 COLETA E ANÁLISE DE DADOS	40
3.2.1 Detalhamento dos Entrevistados	43
4 ANÁLISE DE RESULTADOS	44
4.1 FLORIANÓPOLIS	44
4.2 MÜNSTER	46
4.3 APOIO PÚBLICO AO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	47
4.4 MICROCRÉDITO COMO MECANISMO DE APOIO AO EMPREENDEDORISMO E INSERÇÃO SOCIAL	52
4.5 ECONOMIA INFORMAL COMO FONTE DE EMPREENDEDORISMO	56
4.6 ECOSSISTEMA EMPREENDEDOR E INOVADOR DAS REGIÕES	60
4.6.1 Florianópolis	60
4.6.1.1 Políticas Públicas	60
4.6.1.2 <i>Instituições de Suporte</i>	66
4.6.1.3 <i>Capital Humano</i>	67

4.6.2 Münster	70
4.6.2.1 Políticas Públicas	70
4.6.2.2 <i>Instituições de Suporte</i>	71
4.6.2.3 <i>Capital Humano</i>	72
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	73
5.1 CONCLUSÕES	76
REFERÊNCIAS	79
APÊNDICE A	87

1 INTRODUÇÃO

A globalização tornou-se o foco de discussão no cenário contemporâneo, nos órgãos governamentais e não governamentais, no meio empresarial e acadêmico a partir das décadas de 80 e 90 (SANOBIO; DAVID, 2006). À época, ocorreram transformações no padrão competitivo do mercado, mudança na estrutura de grandes empresas e advento de pequenos negócios. De fato, o desenvolvimento econômico até então se encontrava a par do avanço de grandes organizações, no entanto, as modificações sucedidas dispuseram de um novo responsável pelo desenvolvimento, as micros e pequenas empresas, apresentando uma nova causa para o progresso econômico: o empreendedor (BEZERRA et al., 2014).

O papel desse ator na apropriação dessas organizações e a sua rápida dispersão nos mais variados países direcionaram o empreendedorismo como um canal tanto para a “geração de renda, emprego, inovação, como para o desenvolvimento de localidades antes pouco representativas e com baixo potencial econômico” (BEZERRA et al., 2014, p. 1). Gomes, Alves e Fernandes (2013) enfatizam que muito se tem discutido acerca da dimensão do empreendedorismo como incentivo para expansão das atividades econômicas e, por sua vez, Dolabela (2008, p. 24) enaltece que o “empreendedor é incumbido de gerar crescimento econômico e desenvolvimento social, que por meio da inovação, dinamiza a economia”. Diante desse cenário, diversos países observaram no empreendedor uma via para obtenção de melhor desempenho.

Inicialmente, é válido compreender a origem do termo em questão, bem como sua capacidade de gerar inovação. Para Dolabela (2008) a palavra contém as ideias intrínsecas de inovação e iniciativa. O empreendedor é alguém que está insatisfeito e percorre caminhos ainda não explorados. Em síntese, o autor declara que o empreendedorismo empresarial é aquele que introduz inovações e assume riscos, além disso, “não fica aguardando pela inovação, pela descoberta ou pela solução ideal. Pelo contrário, empreendedores tomam ações proativas com o intuito de obterem inovações de forma sistemáticas” (DORNELAS, 2008, p. 18).

Peter Drucker (2013, p. 34) apresenta o empreendedorismo associado a uma teoria da economia e sociedade, pois “a teoria vê a mudança como um fato normal, e, até mesmo como saudável. Também vê a principal tarefa na sociedade, e especialmente na economia, como sendo a de fazer algo diferente”. Ainda de acordo com o autor, a inovação tornou-se o instrumento que constrói o empreendedor, pois:

O empreendedor vê a mudança como norma e como sendo sadia. Geralmente, não provoca a mudança por si mesmo. O empreendedor sempre está buscando a mudança, reage a ela, e a explora como sendo uma oportunidade [...] contempla os recursos com a nova capacidade de criar riqueza. A inovação, de fato, cria um recurso. Não existe algo chamado de recurso até que o homem encontre um uso na natureza e assim o dote de valor econômico” (DRUCKER, 2013, p. 36).

Partindo dessa premissa, à medida que o empreendedorismo se conecta à inovação, amplia o grau de competitividade de determinado país. Todavia, esse imperativo de ousar e fazer algo diferenciado é, para Gomes, Alves e Fernandes (2013) um argumento sedutor. Em consequência, torna-se necessário concentrar esforços para consolidar um ambiente capaz de resguardar essa concepção inovadora (BORGES et al., 2013), visto que um empreendedor “perturba e desorganiza” (DRUCKER, 2013, p. 34), logo, necessita de um ecossistema facilitador.

Os dois termos utilizados por Peter Drucker (2013) surgiram através de Schumpeter (1942), o qual apresentou a “destruição criativa”. A teoria schumpeteriana foi a que inseriu o conceito de inovação ao processo empreendedor, visto que defendia que ao introduzir inovações e novas tecnologias, o empreendedor cooperava para a “substituição de antigos produtos e hábitos de consumo por novos” (SCHUMPETER, 1982, p. 12). A presença de novas combinações produtivas é, segundo o autor, uma condição necessária para o processo de desenvolvimento econômico.

De acordo com Dolabela (2008, p. 25) os empreendedores “nascem por influência do meio em que vivem”. Logo, é necessário fortalecer um ecossistema empreendedor próspero a criações inovadoras. Para obter sucesso é preciso ir além do preparo e da iniciativa empreendedora, é indispensável, portanto, criar a atmosfera favorável que contribua com o surgimento e desenvolvimento de novos negócios. “Há de se criar um ambiente propício para o fomento do empreendedorismo por meio, especialmente, de políticas públicas que desenvolvam o setor” (CERQUEIRA et al., 2014)

Para tanto, foi necessário que os governos se organizassem de modo a estimular o empreendedorismo para então beneficiar-se dos efeitos positivos gerados. Nesse sentido, percebe-se que cada vez mais, governos em diferentes partes do mundo têm desenvolvido políticas, estratégias e ações voltadas ao fomento à atividade empreendedora.

As políticas públicas são desdobramento das teorias do papel do Estado e do governo (SOUZA, 2006). Na ótica de Höfling (2001), existe um “Estado em ação”, ou seja, um Estado efetivando um projeto do governo por meio de programas e ações voltadas para um

setor específico da sociedade. Nessa conjuntura, o Estado não pode reduzir-se apenas à burocracia pública e aos órgãos estatais que planejam e implementam essas políticas.

É válido ressaltar que as políticas públicas são de responsabilidade do Estado e cabe a ele implantar e manter essas ações. A tomada de decisão no âmbito estatal deve envolver diferentes órgãos públicos, frentes e agentes da sociedade que guardam alguma relação com política pública implementada (SOUZA, 2006).

No que se refere ao processo empreendedor, para Henrekson e Stenkula (2010), uma das formas de se utilizar políticas públicas para estimular diretamente o empreendedorismo é por meio da desregulamentação da economia, aumentando assim, as oportunidades de concorrência e facilitando o surgimento de novos empreendedores. O conceito de “política pública” está para o setor público como o conceito de “estratégia” está para o setor privado: ambos os setores consideram como um guia, um plano ou conjunto de diretrizes que possuem o propósito de influenciar nas decisões (MINTZBERG; JORGESSEN, 1995).

Nesse cenário, Buschmann, Meyer e Schewe (2016) destacam que as políticas públicas são essenciais para atrair organizações criativas, tendo em vista que assim como as organizações, o governo também deve empenhar-se em buscar práticas inovadoras. Contudo, Martins e Pieranti (2006) ressaltam que as políticas públicas necessitam de planejamento, a fim de conceber planos concretos e geração de resultados calculados.

De acordo com Bezerra et al. (2014) analisar o principal foco de uma política pública de empreendedorismo permite compreender quais ações estão sendo tomadas e quais são consideradas prioritárias no que diz respeito à prática empreendedora de uma determinada localidade. É importante ressaltar que o empreendedorismo “é observado em todo o mundo, embora em algumas regiões o espírito inovador seja mais forte do que em outros” (BUSCHMANN; MEYER; SCHEWE, 2016, p. 2).

Nesta pesquisa, será realizado um estudo comparativo entre duas cidades, Florianópolis e Münster, localizadas em dois diferentes países, respectivamente Brasil e Alemanha, com reconhecido espírito empreendedor e ecossistemas propícios à inovação. A fim de estimular as atitudes empreendedoras inovadoras, a cidade de Münster na Alemanha inicialmente estimulou o surgimento de startups de forma descentralizada e posteriormente criou um parque tecnológico para desenvolvimento de novas empresas, bem como estabeleceu programas para apoio à inovação, em parcerias com universidades da região.

Já a cidade de Florianópolis também é considerada um pólo inovador no âmbito nacional, tendo em vista que abriga diversas incubadoras e parques voltados ao

desenvolvimento empreendedor, todos apoiados em infraestrutura adequada para o desenvolvimento de novos empreendimentos (BUSCHMANN; MEYER; SCHEWE, 2016).

Em face desse contexto e considerando as diferenças econômicas, culturais e políticas entre as cidades, ambas demonstram a importância que as atividades empreendedoras e inovadoras tem sobre o desenvolvimento econômico. Portanto, formulou-se a seguinte pergunta de pesquisa: Como as políticas públicas utilizadas em Florianópolis e Münster contribuem para o desenvolvimento de empreendedores?

1.1 OBJETIVOS

A fim de responder à pergunta da presente pesquisa, traçou-se um objetivo geral e três específicos.

1.1.1 Objetivo Geral

Analisar de forma comparativa como as políticas públicas voltadas ao desenvolvimento empreendedor utilizadas em Florianópolis e Münster têm sido eficazes.

1.1.2 Objetivos Específicos

- a) Descrever as estratégias, políticas e ações governamentais utilizadas no Brasil e na Alemanha para desenvolver o empreendedorismo local;
- b) Identificar similaridades e diferenças na ação governamental nos dois países;
- c) Diferenciar o ambiente social, econômico e cultural das duas cidades objeto de pesquisa.

1.2 JUSTIFICATIVA

O cenário empreendedor no Brasil apresenta crescimento constantemente, segundo a Pesquisa *Global Entrepreneurship Monitor* - GEM 2015, estima-se que 52 milhões de brasileiros com idade entre 18 e 64 anos, apenas em 2015, tiveram envolvimento com a criação ou manutenção de um negócio, aproximadamente 4,9% a mais que no ano de 2014. Existem dois fatores para esse aumento, "a motivação para empreender pode ser por oportunidade ou por necessidade" (OLIVEIRA, 2008, p. 209). Ainda segundo o GEM 2015,

uma das limitações encontradas por quem deseja empreender, é o apoio financeiro devido aos altos custos e linhas de crédito inadequadas, sendo algumas das condições de melhoria “educação e capacitação (49%), seguidos das políticas governamentais (41%) e apoio financeiro (24%)”.

O investimento, segundo Martins e Pieranti (2006), em qualificação e capacitação empresarial para quem é ou deseja ser empreendedor é muito importante, porque além dos resultados e retornos para o país, a utilização de empresários qualificados acaba refletindo também na eficácia de outras políticas governamentais. Entretanto, não necessariamente isso acontece na prática com a intensidade que deveria, no GEM 2015 existem algumas recomendações para as políticas governamentais como “a simplificação da legislação trabalhista e tributária, desburocratização de procedimentos administrativos e desenvolvimento de iniciativas (programas) de estímulo ao empreendedor nos primeiros anos de vida”, situações que além de beneficiar os empreendedores, trarão resultados positivos ao país.

Levando em conta que o GEM 2015 é um programa de pesquisa de nível mundial e anual, é possível ter acesso a um ranking com a taxa total de empreendedorismo em cada um dos sete países participantes, Brasil, México, China, EUA, Índia, África do Sul e Alemanha. A comparação foi analisada entre empreendedores iniciais (TEA) e já estabelecidos (TEE). Entre os TEA, o Brasil ficou empatado com o México em primeiro lugar com 21% e a Alemanha ficou em último, com 4,7%. Para os TEE o Brasil continua em primeiro, com 18,9% e a Alemanha fica em quinto, com 4,8%. No total de empreendedores, o Brasil fica em primeiro com uma taxa de 39,3% e a Alemanha em último, com 9,2%.

No tocante à Alemanha, as condições do país para o empreendedorismo, de acordo com Santa Rita et al. (2015, p. 10), se mostram positivas, isso porque existe uma:

facilidade em acesso aos bancos mundiais, redução da carga administrativa, redução da burocracia, qualidade da infraestrutura, eficiente aparato jurídico e regulamentar, disponibilidade de capital de risco, produtividade do trabalho alta e o acesso ao crédito bancário acima da média da EU.

Para tanto, é importante que existam órgãos governamentais comprometidos com o desenvolvimento empreendedor e isso passa por uma administração pública mais eficiente e voltada às demandas da sociedade. É importante que o país e o município tenham uma gestão pública que saiba como utilizar seus recursos de forma eficiente, isso porque “são conhecidos exemplos de programas nos quais foram investidos recursos expressivos e cujos resultados são decepcionantes. Um desafio adicional e específico, por tanto, para melhorar as chances de

sucesso das grandes políticas governamentais é investir na capacitação empresarial, através de políticas apropriadas e direcionadas para tal”. (MARTINS; PIERANTI, 2006, p. 208)

Empreendimentos bem-sucedidos e inovadores dependem de sistemas bem estruturados, sendo assim, os sistemas que, segundo Allahar e Brathwait (2016, p. 83), em seu estudo comparativo em países da América do Sul e Caribe:

exigem uma formulação de políticas e intervenções estratégicas, foram identificados como: colocação de empresários e empresas no centro do sistema; investimento significativo de capital em P&D; orientar o sistema de educação especialmente no nível superior para o empreendedorismo, criatividade e inovação; formando um método para fazer financiamento e capital de risco mais acessíveis; simplificar os impostos e o ambiente regulatório; desenvolvimento de ferramentas de políticas públicas apropriadas e instituições eficiente para a implementação de tal política.

O objetivo principal do estudo não é apenas comprovar ou negar a eficiência da gestão pública, mas de certa forma possibilitar para a sociedade uma participação, podendo ela estabelecer um controle político e social dos programas e agentes governamentais (ABRUCIO, 2007), tanto daqueles ligados ao estímulo ao empreendedorismo, quanto incentivar esse controle social e político em todos os aspectos gerais.

Além de uma contribuição para a área do empreendedorismo, o estudo sobre a eficiência da gestão pública e de programas governamentais mostra-se importante levando em conta que, segundo Martins e Pieranti (2006), existe uma lacuna referente ao apoio governamental para o setor empresarial, mesmo os empreendedores sendo o grande ativo do país.

Fala-se constantemente sobre a importância do empreendedorismo para o desenvolvimento econômico de um país, seja na geração de empregos, expansão da atividade econômica, inovação na criação de novos produtos, processos e mercados. Nessa conjuntura, a escolha do tema se deu devido ao interesse das acadêmicas em estudar os impactos das ações públicas na atividade empreendedora. Nesse contexto, torna-se importante discutir como o governo pode utilizar seus recursos e capacidade integradora para estimular o empreendedorismo de seus cidadãos, considerando a burocracia exigida para a abertura ou manutenção de uma empresa, entre outros indicadores de empreendedorismo. Para tanto, é mais que relevante conhecer o que vem sendo realizado por governos de outros países e outras regiões do mundo para propiciar um ambiente favorável ao negócio.

Dessa forma, se vê necessária uma análise da eficiência da gestão pública guiada para o empreendedorismo, mais especificamente das cidades de Florianópolis e Münster, a fim de

identificar e analisar os programas utilizados, podendo assim comparar e diferenciar os dois países.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Essa seção apresenta a estrutura teórica necessária para embasar o assunto abordado e atender aos objetivos apresentados. Logo, serão apresentados neste capítulo os conceitos e teorias relacionadas à administração e gestão pública, desenvolvimento de políticas públicas, impacto econômico das atividades empreendedoras e a criação de um ecossistema inovador e empreendedor.

2.1 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

O Estado e mais especificamente os serviços públicos prestados por ele, de forma geral são passíveis de muitas críticas, principalmente a administração pública de recursos e prestação de serviços, que devem ser realizados de forma eficiente a fim de ajudar toda a população, sem que haja corrupção e utilização imprópria dos recursos públicos. Em casos de não cumprimentos dessas premissas, “a reforma das estruturas do Estado é uma condição para ampliar a governabilidade e reforçar a confiança da sociedade nas instituições democráticas” (MARTINS, 2009, p. 8).

A administração pública é dividida entre direta e indireta, onde a “direta inclui os serviços desempenhados pela estrutura administrativa da Presidência da República e dos ministérios (no caso da administração federal) [...] a administração indireta, também chamada descentralizada, inclui as autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações públicas, que desempenham atividades que lhe foram atribuídas” (COSTIN, 2010, p. 29).

A política e a administração pública precisam trabalhar conectado e de forma combinada, onde elas são respectivamente responsáveis pela elaboração e a outra pela ação concreta das decisões, separando assim as responsabilidades entre plano e ação (SECCHI, 2009). Isso precisa ser levado em consideração, pois a política e a administração pública acabam sendo moldadas pela cultura de onde são inseridas, e “isso moldou tanto a percepção da sociedade com respeito ao Estado como a organização da administração pública” (MARTINS, 2009, p. 9).

Entretanto, a maneira como a administração pública funciona de forma burocrática e hierarquizada, tem uma grande tendência a mudança, principalmente na conjuntura atual, que segundo Guimarães (2000), é guiada por muitas novas tecnologias e transformações nos meios sociais e econômicos.

A consequência de uma administração pública burocratizada é uma administração cara, lenta, de baixa qualidade e que não verdadeiramente atenda as demandas da sociedade, por isso, a nova forma de administrar deve ser voltada para um caminho mais flexível, buscando o uso eficiente dos recursos e a prestação de um serviço de qualidade, de forma mais empreendedora e mais racionalizada, mas não necessariamente isso quer dizer romper por completo os modelos tradicionais, mas sim inserir uma nova cultura de gestão (PEREIRA, 2015; GUIMARÃES, 2000).

Além disso, o novo contexto democrático da administração pública “possibilitou ao cidadão inúmeros canais adicionais para manifestar suas demandas, críticas e sugestões sobre os serviços públicos que lhe eram fornecidos aos políticos ou diretamente à máquina pública” (COSTIN, 2010, p. 63), permitindo assim, que o cidadão se sinta parte importante na construção do setor público.

Entretanto, existe certa resistência à mudança, que segundo Pereira (2002, p. 6):

advém da falsa crença que a reforma gerencial é uma alternativa radical à administração pública burocrática, que isso envolverá a abolição do serviço público, visto que, de fato, essa é apenas uma nova forma de gerenciar o Estado que deve fazer o corpo gerencial da administração pública mais autônomo e mais *accountable* (ou os altos dirigentes públicos mais autônomos e mais *accountable*).

Segundo Pereira (2015), essa flexibilização tem como principal objetivo o fortalecimento da união política entre a tecno-burocracia estatal, civil, militar e da classe empresarial e com o crescimento de pautas a serem resolvidas e do choque em relação as mudanças estruturais, se vê necessário uma administração pública não mais burocrática, mas sim gerencial, pois as demandas dos cidadãos não estavam mais sendo supridas devido à burocracia, sendo chamada também de nova gestão pública.

De forma geral, observa-se que ocorreu uma evolução na administração pública, começando na época colonial, como império, como república velha, varguismo e a Reforma de 1936, a Reforma do Ministério da Fazenda, regime militar, a democratização e o formalismo, até a reforma da Gestão Pública, essas melhorias só são possíveis ao se entender as distintas áreas de atuação que o Estado tem e assim determinar a melhor força de organizar as tarefas distintas de duas funções (COSTIN, 2010).

Dado o exposto e diante do caráter evolutivo dos aspectos que envolvem a administração pública, a seguir abordar-se-á sobre a gestão pública, tratando-a como parte da administração pública e como um termo considerado recente, na qual utiliza práticas novas na administração do setor público, algumas importadas do setor privado e outras desenvolvidas nas últimas décadas.

2.2 GESTÃO PÚBLICA

A gestão pública apresenta diferentes formas de atuação, sendo cada uma inserida em uma cultura e arranjo correspondente a sua época. O modelo tradicional é aquele guiado pelo clientelismo e ao patrimonialismo, centralizado, *top-down* e com cargos chave. Já o modelo neoliberal, é dado com um Estado minimalista submetido à racionalidade burocrática, caracterizado por privatizações para a redução do tamanho do Estado, descentralização, desestímulo à administração participativa e uma desregulamentação radical. Após, apareceu uma visão gerencial, que foi necessária, baseada na administração pública por meio de modelos empresariais, caracterizada por um foco maior no cliente, flexível, descentralizada, com um Estado atuante, critério de eficiência e principalmente uma estrutura mais horizontal (ARAGÃO, 1997).

O grande problema encontrado pelo Estado para sentir a necessidade de tantas mudanças, não era necessariamente a eficiência por si só, mas sim porque, segundo Pereira (2015, p. 11):

o Estado se transformou no grande Estado social e econômico do século XX, assumindo um número crescente de serviços sociais – a educação, a saúde, a cultura, a previdência e a assistência social, a pesquisa científica – e de papéis econômicos – regulação do sistema econômico interno e das relações econômicas internacionais, estabilidade da moeda e do sistema financeiro, provisão de serviço públicos e de infraestrutura -, o problema da eficiência tornou-se essencial.

A partir do momento que a administração pública se tornou gerencial, a gestão pública por si só acabou mudando junto. Segundo Aragão (1997, p. 119), "o gerencialismo puro, pelas suas características (principalmente no que diz respeito à relação burocracia-eficiência), é o que mais se aproxima da forma liberal de gestão pública".

Além disso, de acordo com Secchi (2009), a administração e a gestão pública acabam se cruzando por suas características, como a administração pública gerencial e um governo empreendedor, que juntos são modelos organizacionais guiados para a eficiência da gestão

pública, sendo este um modelo racional que conecta o sistema governamental e o seu ambiente.

A nova gestão pública teve início na Inglaterra por Margaret Thatcher, conhecida como a dama de ferro, que com um discurso de defesa do Estado mínimo, onde sua “intenção era realizar inúmeras privatizações, reduzir programas sociais e mesmo, em outras esferas da economia, acabar com o salário mínimo” (COSTIN, 2010, p. 33), todavia, houve um foco na modernização do aparelho do Estado.

Alguns países vêm aderindo completamente a essa reforma da gestão pública, sendo alguns desses países o Brasil, Estados Unidos e Chile, já outros vem fazendo algumas alterações, como a Alemanha e França, mas permanecem de forma geral a um modelo burocrático. Por mais que tenham países da América Latina nessa mudança, a maioria deles não teve nenhum tipo de iniciativa no serviço público para uma reforma (PEREIRA, 2002).

De forma geral, percebe-se que a gestão pública possui a tendência de seguir as práticas do setor privado, pois ele "é mais eficiente e, portanto, superior ao setor público na proposição de soluções administrativas; e as técnicas e práticas da administração de empresas podem e devem ser aplicadas ao setor público" (PAULA, 2005, pg. 53), conseguindo assim, a manutenção para um novo Estado, guiado principalmente pela eficácia e o empreendedorismo, lutando contra o nepotismo e o clientelismo, que são grandes problemas para o serviço público (PEREIRA, 2002).

Além destes problemas, a reforma se explica pela crise da administração pública, associada a problemas fiscais que vários países, além de um “desaparelhamento financeiro e administrativo do Estado para enfrentar as demandas crescentes da população, especialmente na área social, e o esgotamento do modelo econômico centrado na substituição de importações mediante forte atuação empresarial do Estado” (COSTIN, 2010, p. 68), sendo essa uma situação não apenas brasileira, mas de vários outros países, que resolveram dar atenção ao problema.

A imagem do setor público, em geral, é vista como negativa, justamente pelos processos burocráticos, por isso, de acordo com Aragão (1997), uma abordagem mais voltada ao interesse do consumidor, acaba sendo positiva para melhorar o conceito que o público tem do setor, pois até então o público-alvo era visto como sendo o contribuinte e não o real interessado, que é o cliente/consumidor.

Essa reprodução de técnicas do setor privado possui relação, segundo Paula (2005, p. 63), de que esses princípios:

estão presentes as mesmas recomendações feitas pelo governo britânico neoconservador: privatização de serviços públicos, utilização de técnicas e práticas da administração do setor privado e delegação de responsabilidades públicas para a comunidade. Além disso, no que se refere à dimensão sociopolítica, apesar do discurso participativo, prevalece a falta de clareza quanto ao grau de inserção da sociedade nos processos decisórios.

A inspiração no setor privado é uma reforma gerencial e é democrática, pois, além de possibilitar um controle social pelos cidadãos, exige dos setores públicos uma maior transparência e presume governança, tendo o Estado que assumir fielmente o seu papel perante aos direitos sociais. Esse cenário reflete o desejo de mudança na gestão pública, inserindo a opinião pública como principal forma de debate (PEREIRA, 2002).

Considerando os aspectos da gestão pública, a seguir será abordado sobre as políticas públicas, analisando-a como um dos componentes centrais da administração pública. Nesse contexto, as políticas públicas surgem como uma construção e implementação de ações do Estado, para alterar uma determinada realidade.

2.3 POLÍTICAS PÚBLICAS

O campo conhecido como políticas públicas, onde é estabelecido o papel do estado perante a sociedade e suas ações governamentais, nem sempre foi dessa forma, ela começou a ter visibilidade a partir de alguns favores que se mostraram necessários, para assim, com o passar do tempo e a melhora da área, se tornar o que é hoje.

Na percepção de Souza (2006), foram três os fatores principais, o primeiro é, pensando principalmente em países desenvolvidos, o de políticas restritivas de gastos para a execução de políticas tanto econômicas quanto sociais. O segundo é sobre uma nova visão quanto ao papel dos governos, também baseado no primeiro favor, para que o ajuste fiscal facilitasse o equilíbrio dos orçamentos entre receita e despesa, restringindo assim o estado em relação à economia e políticas sociais. O último fator principal está ligado mais especificamente aos países desenvolvidos, democráticos ou recém-democratizados, isso porque em especial nesses países não se conseguiu impulsionar o desenvolvimento econômico e a inclusão social.

De forma geral, as políticas públicas são percebidas como “o estado implantando um projeto de governo, através de programas, de ações voltadas para setores específicos da sociedade”, logo, sua implementação e tomadas de decisão são de responsabilidade do estado (HÖFLING, 2001, p. 31).

Dentro das políticas públicas, existem, segundo Höfling (2001, pg. 31), que:

[...] se referem a ações que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado, voltadas, em princípio, para a redistribuição dos benefícios sociais visando a diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico. As políticas sociais têm duas raízes nos movimentos populares do século XIX, voltadas aos conflitos surgidos entre capital e trabalho, no desenvolvimento das primeiras revoluções industriais.

A política econômica também é uma das formas de estimular a economia local por meio das políticas públicas. Para que haja um estímulo é preciso do esforço por parte do Estado, com apoio, incentivos e assistência tecnológica, a fim de manter o ambiente econômico estável. Entretanto, a política pública raramente influencia o empreendedorismo em um curto prazo, sendo assim, para que se torne eficaz, é preciso pensar em um horizonte de tempo político (HENREKSON; STENKULA, 2009, p. 9).

No que tange as questões da burocracia vigente para abrir, manter e fechar uma empresa, as políticas públicas podem atuar em prol da dinamização desses processos. Ferronato (2001, p. 23) complementa que:

Em geral, a regulamentação das atividades não é de todo má. Em palavras diferentes, absolutamente nada de burocracia certamente seria caótico, por isso, algum grau de regulamentação é imprescindível. Porém, há que se possa ter limite nessas exigências. Sendo assim, a burocracia que, na maioria das vezes, dificulta a abertura de uma empresa, também ajuda, estabelecendo regras para tornar o processo uniforme.

Segundo Grin et al (2012, p. 10), mesmo que o empreendedorismo ajude na economia por meio de receita e geração de emprego, “as políticas públicas, legislação e os arranjos institucionais não têm contribuído para que os negócios prosperem facilmente”, para isso é preciso de políticas regulatórias que afetam o ambiente de negócio empreendedor e de políticas de estímulo, onde haja uma promoção de cultura e educação empreendedora. De forma geral, nas políticas públicas, o “objetivo não é estimular empresas, mas para apoiar um sistema econômico que encoraja atividade empresarial socialmente produtiva por indivíduos agindo independente da forma de negócio” (HENREKSON; SETENKULA, 2009, p. 5), a fim de que mais empreendimentos apareçam.

2.3.1 Estímulo à inovação e criatividade

A universidade era vista como o motor da inovação, que facilita as novas ideias e tem como resultado as inovações comerciais e o crescimento regional, além das tecnologias como meio de revolucionar a indústria, uma melhor economia e obtenção de melhores preços, mantendo a sobrevivência de quem segue esse progresso, por esse motivo as políticas públicas buscavam essas ideias a fim de transformá-las em algo útil para o setor privado. Entretanto, por mais que funcione, um quadro econômico maior não era visto, aquele onde a universidade é uma fonte primária de criação de conhecimento e de talentos (FLORIDA, 2005; SARKAR, 2007).

É preciso que haja uma ligação entre o setor empresarial e o meio acadêmico, para que o que é criado possa causar impacto para a sociedade de forma geral, para isso existem as “agências de inovação nas universidades, incubadoras e parques tecnológicos” (OLIVEIRA; TELLES, 2011, p. 210), principalmente considerando que o P&D, que é tão necessário e até mesmo obrigatório nas empresas, muitas vezes ocorre através de parcerias com as universidades (GARNICA; JUGEND, 2009).

Entretanto, para que a cidade ou região tenha um crescimento e a inovação industrial avance, é preciso não necessariamente de um foco na combinação entre indústria e universidade, mas sim fortalecer a capacidade das universidades, atraindo a verdadeira fonte criativa, que são as pessoas, que podem ser de qualquer parte do mundo. Disseminando o conhecimento, a universidade deve ter um grande impacto ao mesmo tempo que deve observar se as políticas governamentais não limitam os pesquisadores de propriedade intelectual, para que assim, a inovação e o conhecimento possam ser encorajados (FLORIDA, 2005).

Tendo visto isso, um dos vários meios de se obter inovação em pequenas e microempresas, é através das incubadoras, que possuem um grande estímulo, mas ao mesmo tempo “não é orientado para apoiar as demandas técnicas e específicas das empresas, mas voltar-se para disseminar os valores da cultura empreendedora e visa fortalecer a capacidade gerencial dos gerentes das unidades incubadas” (JABBOUR; DIAS; FONSECA, 2005, p. 106), sendo assim um fomento para a inovação e criatividade.

Na visão de Hughey (2003), a classe criativa e inovadora tem a necessidade de atenção pois é ela que irá determinar como é a organização das empresas, qual delas será a mais bem-sucedida e principalmente, qual região crescerá mais devido esses favores, que são extremamente importantes para quem quer começar um novo negócio, principalmente considerando que segundo o GEM 2015, a criatividade é uma das características que mais favorecem os empreendedores, mesmo em meio a incerteza.

Um dos meios de buscar essa criatividade e ter um estímulo a inovação, seria através de programas de financiamento, para dar suporte à inovação, entretanto, segundo Oliveira e Telles (2011, p. 213):

faltam modelos aprimorados de empreendimentos que sejam capazes de potencializar a utilização das diversas fontes de financiamento, de forma agregadas e de modo a alavancar projetos de grande porte, que incluam as fases de *scale-up* e prova de conceito, resultando em elevado potencial de inovação.

O que se observa de forma geral é que a inovação e a criatividade estão proporcionalmente conectadas com ambientes propícios ao negócio, logo, “lugares que são lar de grande concentração da classe criativa tendem a serem altamente classificadas como centros de inovação e alta tecnologia” (FLORIDA, 2005, p. 35), por esse motivo, é importante que sempre exista programas de incentivo à pesquisa, desenvolvimento e inovação nas empresas e para novos empreendedores (OLIVERA, TELLES, 2011).

2.3.2 Economia informal

A economia informal necessita de uma atenção especial da máquina pública frente aos desafios intrínsecos à atividade, pois a “parcela expressiva dos trabalhadores mais pobres, em praticamente todos os países do globo, inserem-se numa plêiade de situações que podem ser representadas por meio de diferentes inserções no setor informal” (CACCIAMALI, 2016, p. 154).

Isto não pode ser ignorado, pois por mais que parte da economia e sua riqueza esteja constituída pelas empresas modernas e até algumas mundiais, uma grande parte da população está sobrevivendo através da informalidade, principalmente em momentos de perda de empresa, o que acaba trazendo uma diminuição da renda e insegurança, além de não possuírem nenhum tipo de garantia para o futuro e não serem legais (SACHS, 2004; KRAYCHETE, LARA & COSTA, 2000).

Não é um assunto simples, a informalidade mostra a realidade da sociedade. De acordo com Soto, Gherzi e Ghibellini (1987), se ter um negócio legalizado já é caro para alguém pobre, quão difícil acaba sendo ter algo essencial como uma casa, isso só ressalta que um negócio legalizado é um privilégio que só é alcançado através de um poder econômico e político alto, opção que a classe popular não possui, dando então origem a economia informal,

isso por que, segundo Filho (2004) “a esperança de uma ocupação é dada não mais pelo mercado formal e sim pelo informal”.

Segundo Guimarães e Pereira (2015, p. 471), deve ser dada oportunidade aos informalizados, dando

acesso àquilo que, por força da lei e da disputa política, lhes é negado acesso. Sem a modernidade e sem a inovação na base produtiva, o Brasil será eternamente um país da dualidade: o desenvolvimento levando-o a ser classificado como um dos cinco maiores, mas as diferenças sociais sendo amarras que o impedirão de algum dia ser chamado de país desenvolvido.

Não necessariamente a economia informal se mostra negativa para o município ou o país no geral, pois segundo Lopes (1996), existem dois casos onde a situação é positiva, o primeiro pelo motivo de que a informalidade acaba indicando que existe uma necessidade de revisão na regulamentação, a fim de flexibilizar e liberar força de mercado e em segundo quando cria atividades compatíveis com essa nova regulamentação.

Em geral, informalidade tem um perfil claro, que é o pobre, todavia a economia formal e informal possui dois extremos, que são respectivamente o homem branco e no outro a mulher negra, isso porque a desvantagem de gênero e raça é muito grande, o que acaba predominando o emprego doméstico sem carteira entre as mulheres negras, mesmo nos dias de hoje (LEONE, 2010).

Soto, Ghersi e Ghibellini (1987) traçam o perfil de uma pessoa pobre, que descobriu na informalidade a possibilidade de sobreviver, pois quando lhe faltam meios econômico, formação escolar e técnica, crédito e a segurança, tudo que lhes sobra é a imaginação, a vontade de sobreviver e os seus próprios braços para inventar um trabalho. Desta forma, o grande “problema dos pobres é a ausência do Estado, não apenas em ações de saúde, educação e segurança como também no reconhecimento de direitos de propriedade” (NERI, 2003, p. 54).

É visível que os negócios informais possuem muita dificuldade com relação a capital de giro e lucro, entretanto, para Kraychete, Lara e Costa (2000, p. 14):

[...] apenas 1% apresentaram a falta de crédito como uma dificuldade. Estes dados refletem a inexistências de um sistema de crédito adequado às atividades econômicas populares, inibindo a contratação de empréstimos como uma forma de contornar as dificuldades. Por outro lado, a busca de crédito nas condições vigentes no mercado financeiro comercial introduz uma importante mudança no modo de operar destes empreendimentos populares, que passariam a responder não apenas às exigências do trabalho e sustento da família, como às do capital financeiro, aumentando as condições de insegurança e risco das atividades que realizam.

As transações de garantias creditícias são dificultadas devido à falta de consentimento do poder público, que dificulta para os pobres a capacitação de capital, sendo ele restrito a um grupo específico, que seria aquele grupo que possui ativos, tornando quase impossível a aprovação de acesso para quem tem renda baixa e poucos ativos, mantendo essas pessoas na informalidade (NERI, 2003).

Em suma, as políticas públicas contribuem na garantia de um ambiente mais estável e propício ao investimento, cooperando no alcance do crescimento e desenvolvimento econômico. Desse modo, a seguir serão apresentados os aspectos envolvendo o desenvolvimento econômico, tratando-o como característica necessária para a atração de novos negócios.

2.4 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Até a década de 40, o termo “desenvolvimento econômico” era sinônimo de progresso da renda per capita, segundo Queiroz (2011), era pouco utilizado por pesquisadores para estruturar o arcabouço teórico. Logo, a maior ênfase era dada ao estudo do crescimento de nações já desenvolvidas (CAREE; TURIK, 2002). De acordo com Queiroz (2011), após o término da Segunda Guerra Mundial, o conceito sobre desenvolvimento econômico se popularizou através do debate sobre desenvolvimento das regiões atrasadas, logo, a diferenciação entre desenvolvimento e crescimento econômico tornou-se mais evidente.

Desse modo, “com essa evolução, o termo desenvolvimento econômico passou a ser entendido não somente como crescimento da renda per capita, mas também uma mudança estrutural em diversas esferas” (QUEIROZ, 2011, p. 144). Fontenele (2010) sustenta que a literatura não integrou a presença das práticas empreendedoras nos seus princípios fundamentalistas. Em consequência, foram criadas lacunas na percepção dos mecanismos básicos da economia. Embora o empreendedorismo tenha sido postergado da estrutura teórica neoclássica, “a capacidade empreendedora é vital para o progresso econômico” (FONTENELE; SOUSA; LIMA, 2011, p.3).

Inicialmente, é válido conceituar o termo em questão. Para Furtado (1983), o desenvolvimento econômico reside em uma modificação das relações internas no que tange o sistema econômico, ou seja, o desenvolvimento econômico condiz à uma mudança estrutural na qual a sociedade se configura em um modelo econômico e social. Dessa forma, o círculo virtuoso do desenvolvimento econômico “ocorre quando a variação na produtividade

modifica as formas de produção e gera outras mudanças na distribuição e utilização da renda” (QUEIROZ, 2011, p. 147).

As contribuições de Schumpeter (1982) recuperaram a figura do empreendedor na economia. À época, o empreendedor foi exposto como o ator principal na promoção do desenvolvimento econômico devido à sua incumbência de inovar e sua capacidade de criar novos arranjos produtivos (FONTENELE, 2010). Caree e Turik (2002) complementam ao afirmar que Schumpeter enfatizou o papel do empreendedor como principal causa do desenvolvimento econômico, descreve-o como inovador e fonte desafiadora de grandes empresas tradicionais através da inserção de novas invenções. Por sua vez, Queiroz (2011, p. 147) também sustenta que a teoria de Schumpeter modificou “as relações internas do sistema com a introdução de novas técnicas, o que acarreta outras variações na produtividade”.

À época, as contribuições de Schumpeter (1982) recuperaram a figura do empreendedor na economia, apresentando-o como a principal fonte de promoção do desenvolvimento econômico graças à sua incumbência de inovar e sua capacidade de criar novos arranjos produtivos (FONTENELE, 2010). Caree e Turik (2002) complementam ao afirmar que Schumpeter enfatizou o papel do empreendedor como o principal elemento do desenvolvimento econômico, descrevendo-o como inovador e desafiante de grandes empresas tradicionais através da inserção de novas invenções.

Todavia, apesar de corroborar com a ótica de Schumpeter, Furtado (1983) ressalta que a acumulação de capital é o fator primordial no que tange o desenvolvimento econômico das nações. Dessa forma, segundo o autor, a teoria das inovações deve estar conectada à teoria da acumulação.

Nesse contexto, “a visão consensual é que o desenvolvimento econômico é entendido como uma mudança estrutural, onde conhecimentos específicos e a geração e absorção de progresso técnico são necessários para tal” (QUEIROZ, 2011, p. 146). Dessa forma, as práticas empreendedoras são fatores de competitividade das regiões, tendo em vista que está conectada ao conceito de instrumento primordial para o desenvolvimento econômico e para o surgimento de novos projetos inovadores (FONTENELE; SOUSA; LIMA, 2011).

Apresentado os aspectos referentes ao desenvolvimento econômico e sua conexão com os processos de inovação, a seguir serão descritas as concepções no que tange o empreendedorismo e a criação de um ecossistema facilitador, com base na teoria schumpeteriana, na proposta da tríplice hélice — marcada pelo vínculo entre universidade, governo e empresas — e no modelo de inovação proposto por Isenberg (2010), abordando as organizações como partícipes das políticas de inovação.

2.5 EMPREENDEDORISMO

A nova configuração da economia mundial enaltece as pequenas e as médias empresas. Segundo Dolabela (2011) os pequenos negócios são responsáveis pelas taxas crescentes de emprego e de inovação tecnológica. Henrekson e Stenkula (2009) corroboram ao afirmar que as promoções das atividades empreendedoras ocupam lugares em países desenvolvidos e subdesenvolvidos, tendo em vista que os processos de mudanças econômicas têm transferido o foco ao empreendedorismo.

Todavia, somos acostumados a ver as grandes empresas e o Estado como pólos da economia e como geradores de emprego. Nesse contexto, a pequena empresa surge em função da existência de nichos mercadológicos, ou seja, lacunas de necessidades não atendidas pelas grandes empresas. Desse modo, seu nascimento está intimamente conectado à criatividade: o empreendedor tem que perceber o mercado de forma diferenciada, ver o que os demais não percebem (DOLABELA, 2011).

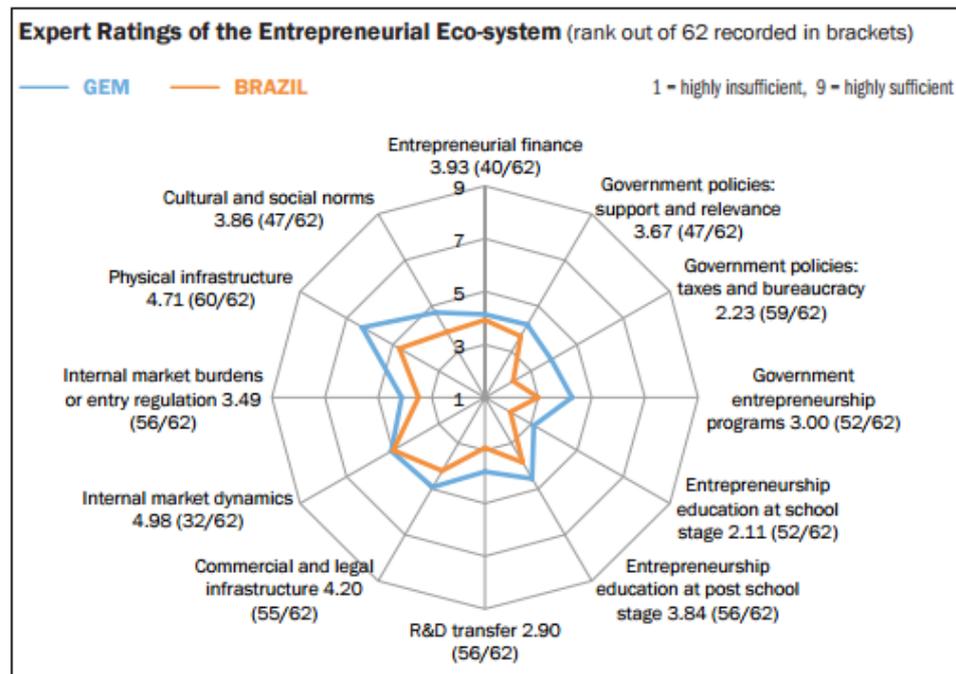
Dornelas (2008) explica que devido às consequências da globalização e as tentativas de estabilizar a economia, algumas grandes empresas tiveram de procurar alternativas a fim de aumentar a competitividade e reduzir custos. Logo, a consequência foi o aumento dos níveis de desemprego. Sem alternativas, os funcionários de grandes empresas começaram a criar seus próprios negócios. No entanto, muitos praticam a economia informal devido às altas taxas de juros, excesso de impostos e falta de acessibilidade ao crédito. (HENREKSON; STENKULA, 2009).

A pesquisa *Global Entrepreneurship Monitor* – GEM é uma iniciativa do Babson College (Estados Unidos) e London Business School (Inglaterra) com o propósito de medir a atividade empreendedora dos países e observar o seu comportamento, bem com a conexão com o crescimento econômico. A pesquisa analisou o ecossistema de empreendedorismo, o qual considerou como uma combinação de condições que moldam o contexto empreendedor, avaliando os seguintes fatores: financiamento, políticas governamentais – burocracia, políticas governamentais – apoio, programas governamentais de apoio ao empreendedorismo, empreendedorismo no estágio escolar, empreendedorismo na escola de pós-graduação, dinâmica do mercado interno, infraestrutura comercial e legal, infraestrutura física, normas culturais e pesquisa e desenvolvimento (GEM, 2015).

Considerando os países objeto da presente pesquisa, o relatório de GEM (2015) evidenciou que, no caso do Brasil, as políticas governamentais, educação e capacitação e

apoio financeiro são os fatores mais limitantes no que tange a iniciativa empreendedora, índices representados na figura 1. Com relação às políticas públicas, os especialistas entrevistados apontam melhoras consistentes nos últimos anos, embora ainda seja considerada pelos especialistas a principal condição limitante ao empreendedorismo no país.

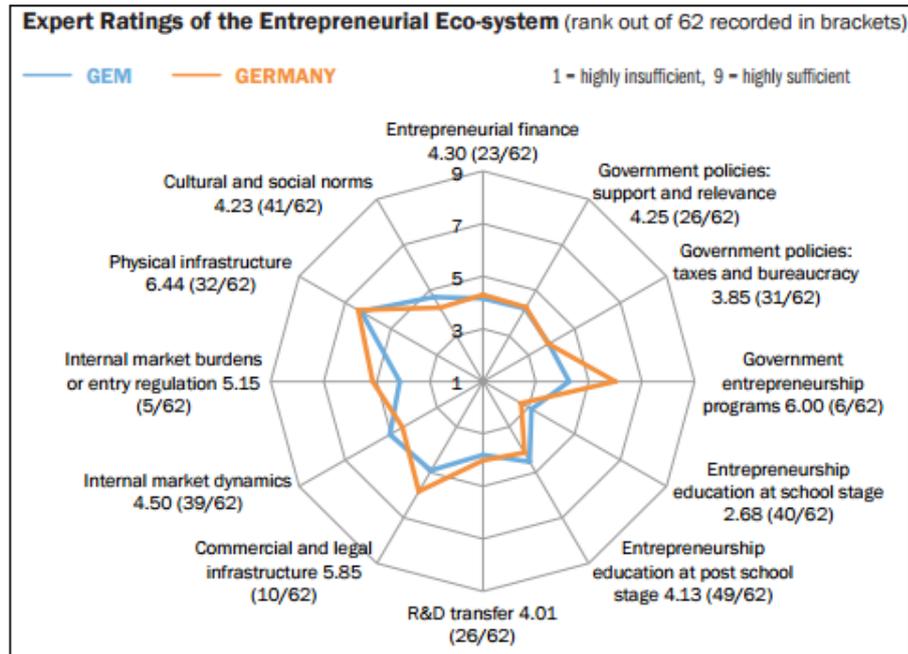
Figura 1 – Fatores do Ecosistema Empreendedor – Brasil



Fonte: GEM (2015)

No tocante à Alemanha, as políticas governamentais relacionadas à burocracia, disseminação de empreendedorismo nas escolas, pesquisa e desenvolvimento e normas culturais e sociais formam os principais fatores limitantes, conforme figura 2. Entretanto, destacam-se a infraestrutura física, comercial e legal e programas governamentais de empreendedorismo. (GEM, 2015).

Figura 2 – Fatores do Ecosistema Empreendedor – Alemanha



Fonte: GEM (2015)

Nesse contexto, um ambiente facilitador é considerado “um espaço regional que inclui um conjunto diversificado de intervenientes institucionais e individuais, fomentando o espírito empresarial, a inovação e o empreendedorismo” (CARVALHO; VIANA; MANTOVANI, 2016, p. 85)

2.5.1 Ecosistema Inovador e Empreendedor

As empresas inseridas em ambientes que possuem estímulos ao desenvolvimento empreendedor tendem a elevar as chances de sucesso e gerar maior impacto econômico social. Ainda que as particularidades entre nações se tornaram um fator considerável, quando se discorre sobre os ecossistemas inovadores, é possível construir ambientes propícios que encorajem o advento de novas empresas e estimulem o crescimento das organizações já existentes, considerando os contextos distintos entre países. (OLIVEIRA et. al., 2013).

Nesse contexto, Florida (2003, p.7, tradução nossa) ressalta que a teoria do capital humano descreve que as pessoas criativas, as definindo como “classe criativa” são a força para o crescimento econômico. Em consequência, à medida que a economia cresce, expande também a concentração de talentos, logo, as regiões competem com esse fator, devendo providenciar ambientes desafiadores. Desse modo, o autor faz duas indagações: “Por que as pessoas criativas se agrupam em certos lugares?” e “Em um mundo onde as pessoas são

altamente móveis, por quais razões elas escolhem algumas cidades?”. Certamente, “as mentes criativas preferem lugares inovadores” (FLORIDA, 2003, p.8, tradução nossa).

O economista Schumpeter (1982) inseriu as características de inovação ao conceito de empreendedorismo através da destruição criadora que, segundo o autor, é a essência do sistema econômico e elemento primordial no processo capitalista. Nesse contexto, as inovações são necessárias para a economia de modo que criam novos paradigmas e fornecem a estrutura para que o ciclo econômico possa se reinventar de forma constante (SCHUMPETER, 1982). De fato, o conhecimento, o capital, o empreendedorismo e o ambiente formam a interação necessária para auferir as inovações, sendo o ambiente o primeiro ponto a fim de criar um ecossistema que irá permitir o florescimento dos outros aspectos (BURLAMAQUI; PROENÇA, 2009).

Ainda em relação à inovação, de acordo com Júnior et. al (2016), a estrutura teórica Sistemas Nacionais de Inovação (*National Systems of Innovation*) se consolidou na pesquisa sobre quais fatores afetam o surgimento e disseminação das inovações e, sobretudo, como gerenciar esse processo. Alguns pesquisadores desse arcabouço teórico (FREEMAN, 1995; NELSON, 1993; LUNDVALL, 1992) enaltecem a importância da conectividade e interação entre empresas, instituições de pesquisas e estrutura política estatal a fim de impulsionar os processos inovadores. Edquist (1997) sustenta essa ideia ao afirmar que os processos inovadores são influenciados por diversos fatores e, dada complexidade, as empresas não inovam isoladamente, tendo em vista a necessidade de interação com outras organizações com o propósito de desenvolver o conhecimento e obter informações.

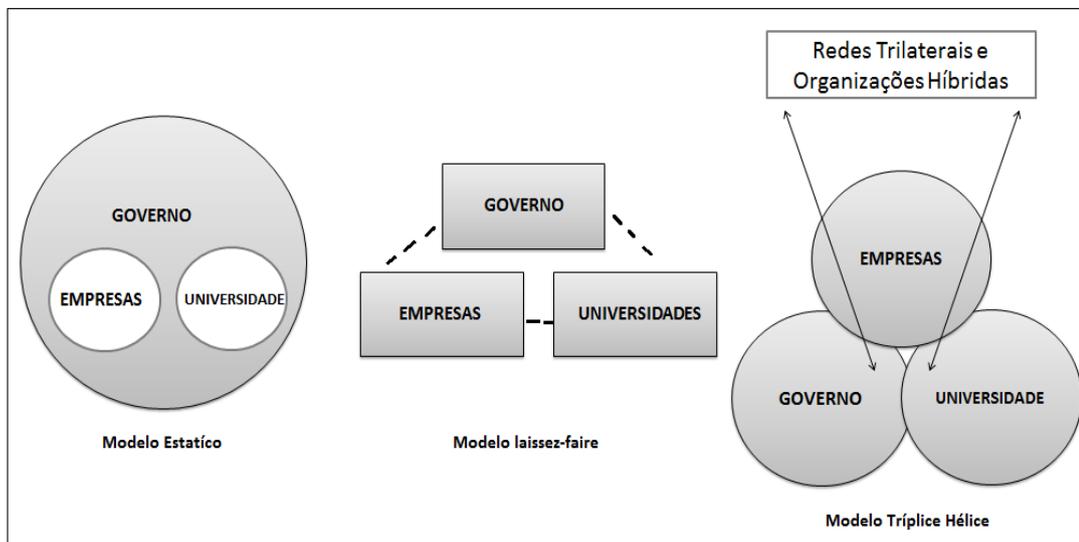
Essa ideia remete à concepção de Distrito Industrial proposta pelo economista Marshall (1972), o qual definiu o termo como a concentração de indústrias especializadas em locais onde existem não apenas interconexões comerciais, mas também aspectos sustentados por práticas sócio culturais, bem como ao conceito de *Clusters* definido por Porter (1998) como um grupo de empresas interconectadas e outras instituições associadas em um campo geográfico, ligadas por fatores complementares. Nesse contexto, os *Clusters* constituem em um conjunto de interação entre empresas, agências governamentais e instituições universitárias (PORTER, 1998).

Os aspectos supracitados vêm ao encontro do modelo Tríplice Hélice proposto por Etzkowitz e Leydesdorff na década de 90, o qual propõe uma interação coparticipativa entre empresas, universidades e governo. No que se refere ao modelo, Vaccaro et. al (2011) destacam que o caráter evolutivo dos sistemas de inovação e a incerteza de qual caminho deverá ser traçado em relação às universidades e empresas refletiram na criação desse novo

arranjo envolto nas relações governamentais, institucionais e empresariais. No tocante a participação do governo na tríplice hélice, Zayas e Carrillo (2012) justificam que esse ator possui a tarefa de gerar bem-estar para os cidadãos através de políticas públicas que orquestram não só o aparelho estatal, mas a participação ativa de outros atores do setor privado e social.

No que representa a cadeia evolutiva dos modelos, Etzkowitz e Leydesdorff (2000) descrevem o modelo estático, *laissez-faire* e o modelo tríplice hélice, representados na figura 3. O primeiro modelo possui uma configuração em que o governo engloba as universidades e a empresa. De fato, “a inovação tem um caráter normativo, fruto das diretrizes e autoridades do governo e não da dinâmica e relação entre a universidade e a indústria” (GOMES; PEREIRA, 2015, p. 139). O modelo *laissez-faire* é distanciado na relação entre os atores e os trata isoladamente, separando as esferas através de “linhas pontilhadas representando as relações entre os atores, atenuando, dessa forma, o papel do governo” (GOMES; PEREIRA, 2015, p. 139).

Figura 3 – Evolução dos Modelos da Tríplice Hélice



Fonte: Adaptado de Etzkowitz e Leydesdorff, (2000).

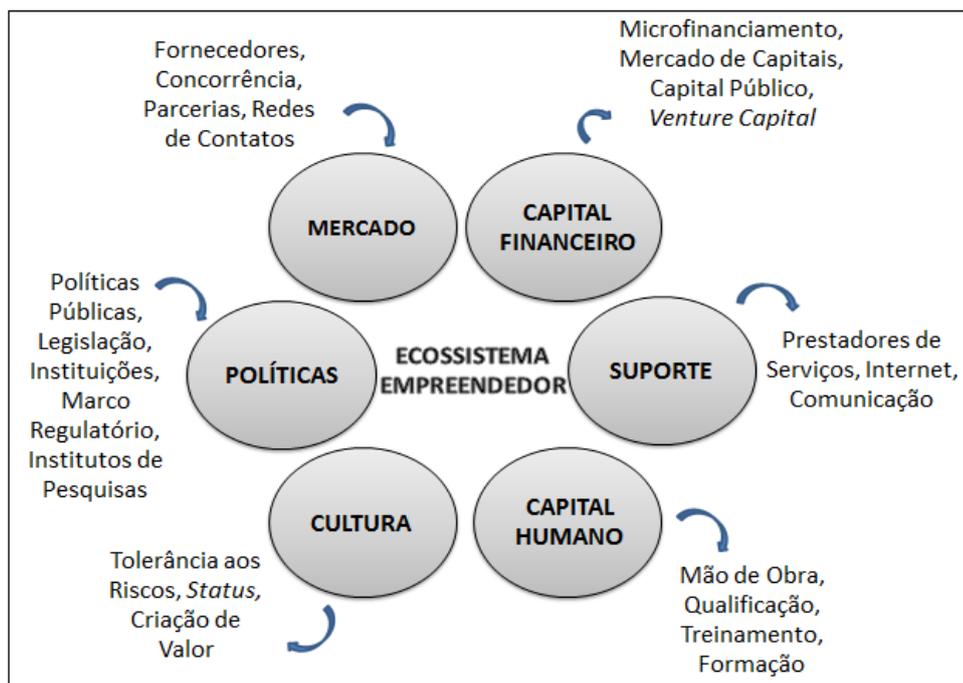
No tocante ao modelo tríplice hélice, a teoria distingue-se das demais por trazer as esferas institucionais independentes, entretanto, baseadas na cooperação e interdependência com as demais esferas. O modelo Tríplice Hélice é aperfeiçoado à medida que há um relacionamento mútuo entre os três atores a fim de um aprimorar o desempenho do outro, produzindo organizações híbridas que emergem das interfaces (ETZKOWITZ;

LEYDESDORFF, 2000), “essas relações derivam das influências que cada hélice tem sobre as demais, e da criação de novas redes nascidas dessas interações” (AMARAL, 2014, p. 51)

Dado o exposto, o ecossistema empreendedor é baseado na criação de estratégia de formulação de um ambiente propício ao empreendedorismo e à inovação. (ISENBERG, 2010). O fomento do empreendedorismo tornou-se um componente essencial de desenvolvimento econômico em cidades e países. A metáfora predominante para fomentar o empreendedorismo como uma estratégia de desenvolvimento econômico é o "ecossistema de empreendedorismo" (ISENBERG, 2014). Nesse sentido, sob a ótica de Mason e Brown (2014), a abordagem dos ecossistemas empresariais oferece uma nova e distinta perspectiva sobre o agrupamento da atividade econômica.

Por sua vez, Isenberg (2010) formulou um modelo de ecossistema inovador que consiste em elementos como o mercado, capital financeiro, políticas, capital humano, suporte e cultura, conforme ilustrado na figura 4. Isoladamente, cada “elemento é propício ao empreendedorismo, mas insuficiente para sustentá-lo” (ISENBERG, 2010, p. 3, tradução nossa). Nesse sentido, não há evidências de que o investimento em alguns dos elementos supracitados, o aumento do número de *startups* ou a formação de novas empresas estimule o desenvolvimento econômico. Há evidências do caminho contrário, ou seja, o crescimento econômico estimula a criação de novas empresas. (ISENBERG, 2014).

Figura 4 – Elementos do Ecossistema Empreendedor



Fonte: Adaptado de Isenberg (2010).

Isenberg (2010) ainda descreve nove fatores que condicionam a criação de um ambiente empreendedor:

- 1) O ecossistema empreendedor do Vale do Silício não é um parâmetro para aplicação em todos os ambientes, tendo em vista que ele foi desenvolvido de acordo com a realidade local, ou seja, “seu ecossistema evoluiu sob um conjunto de circunstâncias únicas” (ISENBERG, 2010, p. 3);
- 2) É necessário formar o ecossistema em torno das condições locais, ou seja, ter em vista a condição das empresas locais e assim, construir estratégias a fim de trabalhar no ambiente;
- 3) O envolvimento do setor privado é um fator crucial, visto que o governo não pode ser um ator isolado na construção do ecossistema;
- 4) Favorecer os potenciais elevados, ou seja, considerar as empresas que possuem uma perspectiva de crescimento elevada, bem como a sua capacidade inovadora;
- 5) Fazer uso de casos de sucesso, pois uma história de sucesso pode ter “um efeito surpreendentemente estimulante” (ISENBERG, 2010, p. 7) na formação do ecossistema do empreendedorismo;
- 6) Enfrentar as mudanças e os desafios a fim de evitar uma cultura conservadora;
- 7) Os novos empreendimentos devem ser apresentados às reais exigências do mercado e aplicar uma gestão financeira sustentável.
- 8) Não investir somente em *clusters* tecnológicos, deve-se investir também em outras empresas que podem ser elementos importantes de um ecossistema, ou seja, os *clusters* devem surgir de forma orgânica.
- 9) Reforma legal, jurídica, regulatória e burocrática, pois são fatores essenciais para facilitar o processo de advento de novos negócios, garantindo empreendimentos prósperos.

Isenberg (2010) menciona que os governos praticam abordagens equivocadas para arquitetar ecossistemas empreendedores, visto que perseguem fatores inatingíveis e práticas ditas como ideais de economias distintas. De fato, é necessário destacar que “cada ecossistema surge sob um conjunto único de condições e circunstâncias” (MASON; BROWN, 2014, p. 12, tradução nossa). Não obstante, é importante salientar que o governo não deve empenhar-se isoladamente, os setores privados e sem fins lucrativos também devem assumir a responsabilidade na criação de um ambiente facilitador (ISENBERG, 2010).

2.5.2 Microcrédito como Estratégia de Fomento ao Empreendedorismo

As modificações estruturais que influenciaram a economia, a revolução tecnológica e a globalização têm como subproduto a elevação do desemprego. Nesse cenário, segundo Sela, Sela e Costa (2006, p.2):

[...] Nos últimos dez anos, o desemprego cresceu de modo acentuado. Sem alternativas, muitos trabalhadores acabam entrando na economia informal ou iniciando um negócio próprio, mesmo não possuindo espírito empresarial, ou alguma capacitação em gestão de negócios. Além do despreparo empresarial, enfrentam grande dificuldade para iniciar suas atividades devido à falta de crédito.

No que tange a questão do desemprego e frente à importância do microcrédito, Cavalcante (2002) ressalta que devido à dinâmica produtiva, os micros e pequenos empreendimentos, sejam eles formais ou informais, utilizam significativa quantidade de mão-de-obra, constituindo-se, portanto, numa alternativa para o problema do crescente desemprego. Sela, Sela e Costa (2006) corroboram ao afirmar que o microcrédito tornou-se uma alternativa para a promoção do desenvolvimento de empreendimentos que auxiliam as estratégias em combate ao desemprego e, em consequência, favorecem o desenvolvimento econômico.

A fim de caracterizar esse sistema, Silveira Filho (2007, p. 27) define o microcrédito como um programa de empréstimo simplificado, com o mínimo de burocracia e sem exigências reais, sendo apenas desejável um negócio com capacidade de se manter e com um impulso inicial, ou seja, tenha alguma perspectiva financeira. Cavalcante (2002) complementa ao afirmar que o sistema financeiro tradicional não é flexível no que tange a concessão de recursos, dificultando o acesso dos micro e pequenos empreendedores ao crédito.

O economista Muhammad Yunus popularizou o conceito de microcrédito ao escrever a sua principal obra: *O Banqueiro dos Pobres*. No que tange a situação de pobreza na qual viviam as pessoas em Bangladesh, país onde o autor aplicou o sistema de microcrédito, Yunus (2002) concluiu que as pessoas da região trabalhavam durante grande parte do dia em tarefas que exigiam grande esforço físico, portanto, elas não eram pobres por estupidez ou preguiça. O problema era estrutural, e não um problema individual, tendo em vista que os indivíduos eram pobres devido à estrutura financeira que não oferecia o suporte necessário (YUNUS, 2002).

O empreendedorismo ocorre tanto no gerenciamento de grandes organizações, bem como na manutenção e advento de pequenas empresas. Contudo, a disponibilidade de

recursos financeiros é um dos fatores mais importantes ao iniciar um novo negócio (ANDREASSI, 2004). “E é nesse momento de necessidade e escassez de recursos financeiros que o microcrédito entra como fator de transformação, dando oportunidade para os empreendedores de baixa renda” (SELA; SELA; COSTA, 2006, p. 2).

Sob a ótica de Yunus (2002), a apresentação de garantias por parte da população menos privilegiada é um dos fatores limitantes e que formam barreiras de acesso ao crédito, fato que também inibe as instituições financeiras tradicionais de disponibilizarem crédito a essa esfera da população. Por sua vez, Cavalcante (2002) argumenta que os governos locais podem implementar programas de microcrédito em conjunto com a sociedade civil a fim de concretizar e facilitar o acesso ao crédito. “Estes empreendedores têm dificuldade de acesso ao crédito ofertado pelo sistema financeiro tradicional, por causa da exigência de garantias formais e grande volume de documentação” (CAVALCANTE, 2002, p. 33).

Com tais parâmetros estabelecidos entre o financiamento tradicional e o microcrédito, Yunus (2002) evidencia que é através do acesso ao crédito, que as pessoas que não possuem acessibilidade ao sistema financeiro tradicional podem desenvolver melhores condições socioeconômicas através do fomento de seus pequenos empreendimentos. Nesse contexto, Sele, Sela e Costa (2006) também afirmam que o conceito de microcrédito se distingue algumas das principais características do sistema tradicional de crédito, tendo em vista que é fornecido baseado, principalmente, na análise socioeconômica do cliente.

No entanto, na perspectiva de Costanzi (2002), o microcrédito não deve ser considerado como fonte única de combate à pobreza. Ainda segundo o autor, o instrumento deve estar conectado a outros fatores importantes, tais quais: capacitação, educação empreendedora, qualificação profissional e assistência social.

Ledgerwood, Earne e Nelson (2013) ressaltam que, dado o crescimento dos micro e pequenos negócios, o foco não é apenas em investimentos em microcrédito, posto que as pessoas pobres têm diversas necessidades de serviços financeiros. Nesse cenário, o autor evolui o termo “microcrédito” a “microfinanças”, que se caracteriza por oferecer poupanças, seguros e, sobretudo, serviços de crédito. (SILVEIRA FILHO, 2005). Ademais, segundo Magalhães, Favareto e Souza (2007), a inserção de instituições de microfinanças amplia a capacidade de financiar de forma completa as demandas dos empreendimentos por serviços financeiros, poupanças e seguros orientados segundo as condições específicas da economia local e das variáveis gerenciais, comerciais e tecnológicas dos negócios locais.

Vale ressaltar a necessidade de auto sustentabilidade do microcrédito enquanto mecanismo de combate à exclusão social, tendo em vista que o instrumento pode apresentar como fonte de recursos sem impactos duradouros sobre o público-alvo (COSTANZI, 2002).

Desse modo, os serviços de microcrédito e microfinanças não são as soluções definitivas para a dinamização dos negócios iniciais. Todavia, são instrumentos eficientes, desde que conectados a outras políticas de apoio à cultura empreendedora, visando à criação de um ecossistema facilitador de obtenção de recursos produtivos (SELA; SELA; COSTA, 2006).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nesta seção serão descritos os itens que fazem a composição dos procedimentos metodológicos realizados para a efetivação do presente estudo. Desse modo, serão apresentados os dados referentes à caracterização da pesquisa no que tange o enfoque, abordagem, natureza, objetivo e procedimentos que nortearam o estudo. Também serão apresentados os procedimentos de coleta e a posterior análise de dados.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

A presente pesquisa possui enfoque monográfico, tendo em vista que, segundo Lakatos e Marconi (2010) a monografia é um estudo com valor representativo, norteado por uma sistemática metodologia e contempla um tema específico ou particular. Ademais, o trabalho monográfico investiga “determinado assunto não só em profundidade, mas também em todos os seus ângulos e aspectos, dependendo dos fins a que se destina” (MARCONI; LAKATOS, 2010, p. 219).

O estudo também está baseado no método comparativo que, sob a ótica de Michel (2009), possui ampla utilização nas ciências sociais pelo fato de possibilitar o estudo comparativo de grandes grupamentos, separados pelo espaço e pelo tempo. Dessa forma, ainda segundo a autora, os estudos que fazem uso do método comparativo normalmente abordam os contrastes entre diferentes culturas ou sistemas políticos, padrões de comportamentos, variáveis organizacionais, fatos contábeis e outros aspectos de épocas distintas. Marconi e Lakatos (2010) complementam ao afirmar que o método comparativo é utilizado tanto para comparações de grupos no presente ou no passado, bem como em sociedades de iguais ou de diferentes patamares de desenvolvimento.

No que tange a pesquisa qualitativa, Lakatos e Marconi (2010) exemplificam que, nesse contexto, o método comparativo pode ser utilizado para acarear as práticas

governamentais e organizacionais Logo, a pesquisa realizada converge com as descrições de Michel (2009) e Marconi e Lakatos (2010) quanto ao método comparativo, tendo em vista a proposta de contrastar as políticas públicas voltadas ao desenvolvimento empreendedor em duas cidades: Florianópolis e Münster, localizadas em países com estágios diferentes de desenvolvimento: Brasil e Alemanha.

Quanto à abordagem, a pesquisa caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa. Essa abordagem difere-se do método quantitativo à medida que não emprega um instrumento estatístico como base do processo de análise de um problema. Logo, a pesquisa qualitativa não pretende numerar ou medir unidades ou categorias homogêneas (RICHARDSON, 2012). Por sua vez, Michel (2009) ressalta que, nesse contexto, o ambiente da vida real é a fonte direta para obtenção dos dados, e a capacidade do pesquisador de interpretar essa realidade, com isenção e lógica, baseando-se em teoria existente, é fundamental para dar significado as respostas. De um modo geral, as investigações que se voltam para uma análise qualitativa estudam, por exemplo, “a interação entre certas variáveis e classificam os processos dinâmicos vividos por grupos sociais” (RICHARDSON, 2012, p. 80)

Assim, o interesse dessa pesquisa é levantar informações, realizar observações, registros e, após, interpretá-los, logo, a pesquisa qualitativa enquadra-se pela necessidade de descrever as estratégias, políticas e ações governamentais implementadas no Brasil e na Alemanha, bem como identificar similaridades e diferenças entre os dois países. Desse modo, o trabalho busca compreender a situações atuais de ambos os países, na medida em que levanta, interpreta e discute os fatores e circunstâncias.

A presente pesquisa caracterizou-se como um estudo multicaso, que proporcionou maior abrangência dos resultados, visto que foram estudadas duas cidades. Pesquisas de estudo de caso podem incluir tanto estudos de caso único quanto de casos múltiplos (YIN, 2001). O estudo de casos múltiplos é caracterizado por Yin (2001) como a pesquisa onde vários estudos são conduzidos simultaneamente. Nessa conjuntura, o autor ainda descreve que o primeiro passo para organizar um estudo multicaso é a definição da teoria e a caracterização do problema. Posteriormente, parte-se para a apresentação dos casos estudados e definições de categorias de análise, que são de grande importância para o processo de coleta de dados, em que cada caso consiste em um estudo completo, cada qual com suas respectivas características.

No que se refere aos objetivos do estudo, o mesmo configura-se com caráter exploratório descritivo. A pesquisa exploratória é descrita por Andrade (2010) como o passo inicial de todo trabalho científico, com o objetivo de delimitar o tema de estudo e, através

desse método de pesquisa, é possível avaliar a possibilidade de adentrar na pesquisa sobre o tema proposto. Desse modo, a fase inicial dessa pesquisa apoiou-se no método exploratório, visto que buscou levantar informações bibliográficas sobre o tema, com o intuito de prover subsídios para definição dos objetivos, determinação do problema e definição dos tópicos do referencial teórico.

Posteriormente, o estudo baseou-se no método descritivo, visto que buscou descrever as características de ambas as regiões no que tange as políticas públicas voltadas ao empreendedorismo. De acordo com Michel (2009), esse modelo verifica e descreve fenômenos, atentando-se às conexões, à luz da influência que o ambiente exerce. Em síntese, trata-se de levantamentos das características de uma população, um fenômeno ou um fato, buscando estabelecer relações entre variáveis controladas. (MICHEL, 2009; GERHARDT; SILVEIRA, 2009). Nesse cenário, Andrade (2010) ressalta que os fenômenos do mundo físico e humano são estudados, mas não manipulados pelo pesquisador.

3.2 COLETA E ANÁLISE DE DADOS

A coleta e análise de dados foram realizadas por meio de análise bibliográfica, entrevistas abertas semiestruturadas e análise de conteúdo. O quadro a seguir tem o propósito de realizar a conexão entre os objetivos, fontes de dados e instrumentos de coleta utilizados.

Quadro 1 – Instrumentos de Coleta e Análise de Dados

Objetivo Geral e Específicos	Instrumentos
Analisar de forma comparativa como as políticas públicas voltadas ao desenvolvimento empreendedor utilizadas em Florianópolis e Münster tem sido eficazes.	Análise Bibliográfica Análise Documental Análise de Conteúdo Entrevistas Semiestruturadas
Descrever as estratégias, políticas e ações governamentais utilizadas no Brasil e na Alemanha para desenvolver o empreendedorismo local.	Entrevistas Semiestruturadas Análise Documental Análise de Conteúdo
Identificar similaridades e diferenças na ação governamental nos dois países	Entrevistas Semiestruturadas Análise Documental Análise de Conteúdo
Diferenciar o ambiente social, econômico e cultural das duas cidades objeto de pesquisa.	Análise Documental Análise Bibliográfica

Fonte: Elaborado pelas Autoras, 2017.

O primeiro instrumento utilizado foi a pesquisa bibliográfica por meio da literatura, pois além de possibilitar o conhecimento de novas informações sobre o assunto proposto, de acordo com Bicas e Rodrigues (2011), ajuda na definição real dos objetivos do estudo, pois é através de uma pesquisa bibliográfica profunda, que se confirma se o que está sendo investigado já não está respondido na literatura, dando mais justificativas para a pertinência do assunto abordado.

O método de coleta de dados primários foi realizado por meio de entrevistas pessoal semiestruturada realizadas com gestores públicos, empresários e dirigentes de instituições empresariais da cidade de Florianópolis. Porém, no tocante à Münster, a entrevista semiestruturada foi aplicada com dois professores da Universidade de Münster.

A pesquisa foi aplicada por questões que formaram o roteiro a partir dos tópicos estudados no referencial teórico. O método utilizado para a coleta de dados permite coletar a experiência e posicionamentos de maneira mais detalhada. Para Richardson (2012, p. 207), “a melhor situação para participar na mente de outro ser humano é a interação face a face, pois tem o caráter inquestionável de proximidade entre as pessoas, que proporciona as melhores possibilidades de penetrar na mente e definição dos indivíduos”. De forma geral, a entrevista é uma conversa profissional, onde um lado possui o objetivo de obter informações e dados sobre um determinado assunto (MARCONI; LAKATOS, 2010).

O tipo de entrevista escolhida foi a não estruturada, que por meio de perguntas abertas, fornecem liberdade para que o entrevistado desenvolva o seu pensamento, não limitando que a pessoa diga a frequência de certas questões, mas sim disserte detalhadamente sobre o assunto (MARCONI; LAKATOS, 2010; RICHARDSON, 2012).

O roteiro de entrevistas utilizado conteve oito questões – apresentadas no Apêndice A, abrangendo perguntas relacionadas ao apoio público voltado ao desenvolvimento do empreendedorismo, fatores de estímulo ao empreendedorismo, ecossistema inovador das regiões, papel das instituições de ensino na formação de capital humano, economia informal e microcrédito.

Foram realizadas treze entrevistas, sendo onze entrevistados brasileiros e dois entrevistados alemães. As conversas foram realizadas no local de trabalho dos entrevistados, com exceção dos alemães, que foram realizadas via internet, devido à limitação do estudo no que tange a locomoção até o país estudado. As entrevistas tiveram durações entre 35 minutos e uma hora e com gravação do áudio para posterior transcrição.

Além da literatura e da coleta de dados primários, o estudo está baseado em documentos secundários, oriundos de arquivos públicos do governo, com o objetivo de identificar os programas governamentais voltados aos empreendedores e gestores públicos. A análise de dados secundários também foi predominante no tocante à cidade de Münster, tendo em vista que o número de entrevistados era mais limitado se comparado com os entrevistados da região de Florianópolis.

A fase final de um estudo acadêmico é a análise de todos os dados que foram coletados por meio das entrevistas semiestruturadas, dados secundários e análise bibliográfica. Desse modo, a análise de dados foi realizada por meio da análise de conteúdo, que para Bardin (1997, p. 42) pode ser definida como:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produto/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

A análise de conteúdo teve início no século XX, entre 1940 e 1950, nos Estados Unidos, com o objetivo de analisar materiais jornalísticos. A análise ocorre por meio das expressões de texto de uma pessoa, buscando caracterizar as palavras e frases, principalmente repetidas, para assim fazer a análise por dedução frequencial ou categorias temáticas. De forma geral, percebe-se que esta técnica ocorre por meio da codificação e categorização (CAREGNATO; MUTTI, 2006).

Nessa conjuntura, Bardin (1997) salienta que uma categorização é um processo de classificar determinados elementos por diferenciação, levando em consideração os critérios previamente definidos. Ainda para o autor, “a categorização tem como objetivo fornecer, por condensação, uma representação simplificada dos dados brutos” (BARDIN, 1997, p. 119).

Desse modo, vale ressaltar que após a coleta dos dados primários e secundários foi realizada análise dos mesmos a partir de uma categorização, a qual teve por base o referencial teórico. As categorias de análise foram divididas entre apoio público voltado ao desenvolvimento do empreendedorismo, microcrédito como mecanismo de inserção social, economia informal como fonte de empreendedorismo e, por fim, foram utilizados três dos seis domínios do ecossistema empreendedor proposto por Isenberg (2010): políticas públicas, instituições de suporte e capital humano. Vale ressaltar que foram escolhidos os três domínios em função das respostas dos entrevistados, visto que as mesmas ressaltaram os aspectos do capital humano, instituições de suporte e políticas públicas de ambas as cidades.

3.2.1 Detalhamento dos Entrevistados

Procurou-se entrevistar pessoas envolvidas no processo ativo de formulação e desenvolvimento do ecossistema empreendedor. Desse modo, os entrevistados foram empresários, gestores públicos envolvidos com áreas de desenvolvimento econômico, inovação e tecnologia e dirigentes de associações empresariais. Porém, as entrevistas para a obtenção de dados da cidade de Münster foram realizadas com dois professores da Universidade de Münster que atuam em pesquisas referentes à políticas públicas voltadas ao desenvolvimento do ecossistema inovador e empreendedor da região.

Para a escolha dos entrevistados foram utilizados os critérios de conveniência e conhecimentos acerca do tema. O quadro a seguir descreve os cargos dos entrevistados, bem como as suas respectivas formações.

Quadro 2 – Relação de Entrevistados, Cargos e Formação.

ENTREVISTADOS	CARGO	FORMAÇÃO
Entrevistado 1	Diretor de Atividades Econômicas - Prefeitura Municipal de São José.	Administração Pública
Entrevistado 2	Secretário de Desenvolvimento Econômico - Prefeitura de Palhoça.	Direito
Entrevistado 3	Presidente da Associação Catarinense de Empresas de Tecnologia – ACATE.	Administração
Entrevistado 4	Superintendente de Ciência, Tecnologia e Inovação da Secretaria Municipal de Turismo, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico de Florianópolis.	Ciências da Computação – Mestre em Administração
Entrevistado 5	Empresário do Setor de Óticas e Joalherias.	Administração
Entrevistado 6	Empresário do Setor de Tecnologia.	Administração
Entrevistado 7	Assessor Parlamentar	Administração
Entrevistado 8	Superintendente Geral da Fundação CERTI	Engenharia Mecânica – Doutor em Engenharia e Gestão do Conhecimento
Entrevistado 9	Presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas – CDL de Florianópolis	Engenharia da Produção
Entrevistado 10	Diretor de Políticas Institucionais da Secretaria Municipal do	Direito e Psicologia – Pós Graduação em Gestão

	Continente e Assuntos Metropolitanos de Florianópolis	Pública e Inovação Tecnológica
Entrevistado 11	Professor do curso de Administração Pública da Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC	Administração
Entrevistado 12	Professor – Universidade de Münster	Doutor em Economia
Entrevistado 13	Professor – Universidade de Münster	Doutor em Administração

Fonte: Elaborado pelas Autoras, 2017.

Vale ressaltar que os entrevistados 1 e 2 pertencem às cidades da grande Florianópolis: São José e Palhoça. Contudo, são conhecedores do tema, bem como da realidade do ambiente empreendedor da região.

4 ANÁLISE DE RESULTADOS

A seguir, serão descritos e analisados os resultados obtidos por esta pesquisa, visando retomar os objetivos iniciais a fim de realizar um estudo comparativo das políticas públicas.

Para delinear os aspectos comparativos da pesquisa, foram realizadas 13 entrevistas semiestruturadas com pessoas que apresentam relação com o tema e possibilitaram acesso à pesquisa, cujos resultados serão descritos a seguir conforme opinião de cada entrevistado.

Primeiramente, serão apresentadas as cidades objeto do estudo: Florianópolis e Münster, expondo as principais características pautadas nos aspectos econômicos, culturais, sociais e políticos.

Após, serão apresentadas as respostas dos entrevistados e analisadas à luz das contribuições teórica de autores. A seção foi segmentada em quatro tópicos: apoio público ao desenvolvimento econômico, o microcrédito como mecanismo de apoio ao empreendedorismo e inserção social, economia informal como fonte de empreendedorismo e inovação e, por fim, o ecossistema empreendedor e inovador das regiões.

4.1 FLORIANÓPOLIS

Capital do estado de Santa Catarina, Florianópolis está localizada na Região Sul do Brasil. O município é constituído pela ilha — maior concentração populacional — e pelo continente. De acordo com estatísticas do ano de 2016 divulgadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, a cidade possui uma população estimada de 477.798 mil

habitantes. A região da Grande Florianópolis é composta, principalmente, pelas cidades de São José, Palhoça e Biguaçu.

Florianópolis configura-se como um grande polo turístico a nível nacional e internacional, devido à beleza singular de praias e outros atrativos, de modo que sua principal base econômica esteja alicerçada às atividades turísticas, sendo um dos principais geradores de emprego e renda, principalmente no período de verão. Ainda nessa conjuntura econômica, outro destaque do município são as empresas de tecnologia da informação e comunicação – TIC, sendo esse setor o maior responsável pela arrecadação tributária e o principal PIB do município, que é de R\$ 14.679.653 mil, de acordo com dados divulgados pelo IBGE (2014).

A capital Catarinense não possui grandes indústrias, logo, encontrou na tecnologia a forma de ascensão econômica e notoriedade perante os mercados. Atualmente, são mais de 600 empresas de tecnologia instaladas na cidade, as quais geram cerca de cinco mil empregos diretos (Prefeitura Municipal de Florianópolis, 2016).

A história do polo tecnológico de Florianópolis teve seu início com a criação da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC e com a implantação no Instituto Federal de Santa Catarina - IFSC de cursos em novas áreas e especialidades. Com a expansão dos dois centros de ensino, cresceu a concepção de laboratórios e grupos de pesquisa, gerando um ambiente de conhecimento, inovação, pesquisa e desenvolvimento. Conforme indicadores divulgados pela Prefeitura de Florianópolis, atualmente a cidade possui 15 centros universitários, sendo três públicos: os dois centros supracitados e também a Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC. O ensino e a pesquisa da região estão centrados na UFSC, visto que é a principal entidade de formação de parte da mão de obra especializada voltada aos setores tecnológicos, principalmente nas áreas de engenharia e sistemas de informação.

Com o avanço desse cenário, foi criada, na década de 80, a Fundação CERTI, a qual se configura como um centro de pesquisa e inovação. No mesmo período, foram implantados o Centro Empresarial para Laboração de Tecnologias Avançadas - CELTA — primeira incubadora de base tecnológica — e a Associação Catarinense de Empresas de Tecnologia – ACATE. Já na década de 90, foram implementados na cidade o Parque Tecnológico ALFA e a incubadora MIDI Tecnológico, que tornou-se referência no modelo de incubação (Prefeitura Municipal de Florianópolis, 2016). Em meados de 2000, surge o Sapiens Parque, segundo parque tecnológico da cidade, cujo objetivo é promover o desenvolvimento dos principais segmentos econômicos da cidade.

No tocante aos aspectos sociais, Florianópolis destaca-se por ser a terceira cidade e a primeira capital brasileira com o índice de desenvolvimento humano – IDH alto, com 0,847, de acordo com dados do Censo Demográfico realizado em 2010 pelo IBGE. O IDH leva em consideração a saúde, educação e a renda, fatores de bom desenvolvimento que refletem, por exemplo, na expectativa de vida. Florianópolis apresenta uma média de 82,1 anos para mulheres e 75,4 anos para homens (IBGE, 2015).

4.2 MÜNSTER

Com uma população em torno de 305.235 mil habitantes em 2015, Münster é localizada na região de *Münsterland*, do estado federativo da Renânia do Norte-Vestfália, uma região administrativa da Alemanha. A cidade é reconhecida por ser a capital alemã da bicicleta e, principalmente por ter sido o local onde foi colocado um fim à Guerra dos 30 anos, quando foi assinado o Tratado da Vestefália, no ano de 1648. Além disso, Münster é considerada uma cidade universitária, isso devido à uma significativa de 20% da população ser estudante, aproximadamente 55.000 (MACIEL, 2016).

Como a cidade quase não tem indústria de manufatura, a maioria dos empregos está baseada no setor de conhecimento. Logo, a economia da cidade gira em torno de empreendimentos mais tradicionais: empresas de consultoria, companhias de seguro, bancos, centros de informática, editoras e agências de publicidade e design.

A qualidade de vida em Münster apresenta-se de forma satisfatória, com um nível de renda acima da média e com uma taxa de desemprego em percentagem da população ativa de 5,8% relativamente baixa em relação a outras cidades Alemãs. Além disso, possui um setor econômico dividido entre agricultura e silvicultura (0,6%), manufatura industrial e comércio (10,2%) e serviços (89,2%) em 2014 (*Stadt Münster*, 2015).

A Universidade de Münster é uma das mais antigas, a quarta maior da Alemanha e é um dos grandes motores da cidade, pois estimula fatores como a educação, empreendedorismo e a economia. A cidade possui uma população universitária de mais de 55.000 mil alunos, o que torna a cidade um local de capital humano capacitado e, conseqüentemente, de trabalhadores qualificados e assim como a UFSC, a Universidade de Münster é pública e gratuita. A instituição é protagonista na cidade, mas não é única, ao todo são 17 centros universitários. Contudo, é importante ressaltar que a Universidade não possui escola de engenharia, o que acaba tornando o ambiente econômico mais tradicional se comparado às atividades econômicas de Florianópolis.

O capital humano capacitado de Münster faz com que o ecossistema da cidade flua melhor, pois as parcerias de programas que apoiam a inovação com as universidades da região e os parques tecnológicos como o *Technologie Hof* — oferece espaços de escritório e laboratórios para *startups* — acabam tornando o ecossistema mais favorável para os entrantes do mercado, atraindo organizações mais criativas.

O quadro a seguir destaca uma síntese comparativa entre as duas cidades.

Quadro 3 – Síntese Comparativa de Florianópolis e Münster

	FLORIANÓPOLIS	MÜNSTER
População	Cerca de 477.760 mil habitantes.	Cerca de 303.240 mil habitantes.
Produto Interno Bruto	R\$ 14,679.653 (2014)	71,377 € (2013)
Expectativa de Vida	82,1 anos (mulheres) e 75,4 anos (homens) (2015)	76,3 anos (mulheres) e 83,1 anos (homens) (2012)
Taxa de Desemprego	5,3% (2015)	5,8% (2015)
Principais Atividades Econômicas	Predominam as atividades voltadas ao turismo, construção civil e tecnologia da informação e serviços.	Setores Tradicionais – Comércio, Bancos, Empresas de Consultorias, Editoras e Empresas de Publicidade e Design.
Instituições Educacionais	15 Centros Universitários, com destaque para a UFSC, UDESC e IFSC.	17 Universidades, com destaque para Universidade de Münster e Universidade de Ciências Aplicadas e <i>Westfälische-Wilhelms University</i> .
Instituições de Suporte	ACATE Parque Tecnológico ALFA Sapiens Parque Incubadoras MIDI Tecnológico e Celta SEBRAE Fundação CERTI	<i>Fraunhofer-Gesellschaft, Max Planck Institute, Instituto MEAT, German Tech Entrepreneurship Center, Münster Chamber, Technologie Hof</i>

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2017.

4.3 APOIO PÚBLICO AO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

A análise do desenvolvimento econômico é fundamental para conhecer o mercado que uma empresa irá atuar e quais as possibilidades de crescimento intrínseco a ele, pois quanto maior e mais desenvolvimento é o mercado, maior será a chance de ascensão empresarial. Considerando que a economia de uma região nem sempre é favorável aos empreendedores, a análise do mercado configura-se como um fator ainda mais relevante. Dado que o foco dessa

pesquisa é analisar o apoio do poder público frente aos desafios de desenvolver a economia do município a fim de criar um ambiente propício ao negócio, a análise deste tópico irá se concentrar nas ações públicas que favorecem o ecossistema econômico da região.

Quando questionados a respeito das ações desenvolvidas pelo poder público do município de Florianópolis no que tange o apoio ao desenvolvimento econômico, os entrevistados puderam expor sua opinião, na qual a maioria apresentou uma posição desfavorável às atuais ações estabelecidas pela administração pública de Florianópolis. Todavia, também foi possível perceber que alguns entrevistados expressaram opiniões positivas.

No tocante a esse tema, o entrevistado 1 salientou que o desenvolvimento econômico é tratado como uma política pública secundária na região da Grande Florianópolis, dada a importância e, conseqüentemente, a prioridade de políticas voltadas à saúde e educação, chamadas de políticas de ponta. O mesmo entrevistado ainda salientou que nesse contexto, é importante destacar que as políticas públicas de desenvolvimento econômico formam a principal base motora para adquirir o potencial de atender as demandas sociais.

Corroborando com essa opinião, o entrevistado 2 fez uso da metáfora de um carro de cinco rodas para exemplificar a forma episódica como esse tema é tratado, pois “o desenvolvimento econômico sobre a ótica da administração pública sempre foi a quinta roda, ou seja, o carro continua se locomovendo se não houver essa roda”, tratando-a também como uma atribuição da administração pública que está aquém das políticas substanciais.

O entrevistado 7 também compartilha da mesma opinião, pois afirma que não há apoio ao desenvolvimento econômico e o poder público foca apenas nas políticas de ponta. Nesse sentido, o entrevistado afirma que:

“as políticas voltadas à saúde, educação, infraestrutura são muito importante, mas o desenvolvimento econômico ficou de lado. A primeira coisa que um gestor público deveria fazer é incentivar o desenvolvimento da região, porque com renda ele consegue atender a população, mas sem renda ele não consegue. Na atual conjuntura, o empreendedor não está sendo bem atendido, por isso o município passa por dificuldades. Se houvesse uma economia forte pautada no desenvolvimento da economia, o poder público conseguiria atender as demandas.”

O entrevistado 1 ainda afirma que em uma cidade na qual a média salarial é baixa, os indivíduos pouco utilizam os serviços privados, logo, menos pessoas usufruem de planos de saúde ou creches particulares, demandando maior apoio do serviço público. Ainda de acordo com o gestor, há excesso de investimentos na construção civil que, desde o ano de 2006, é

uma das áreas que mais recebem investimentos, gerando maior demanda por mão de obra de outros locais e com um salário médio baixo, desse modo, também demandam a criação de uma base para suprir o uso de serviços sociais.

Percebe-se, através da opinião dos três entrevistados supracitados, que os gestores públicos deveriam encontrar nas políticas públicas de desenvolvimento econômico o cerne de gestão, a fim de contribuir para a disposição de salários médios mais altos, melhores ofertas de empregos, menores demandas por serviços sociais e, além disso, gerar também um acréscimo na arrecadação tributária local por existir um alto valor monetário girando na economia que, conseqüentemente, converte-se em mais impostos à cidade.

Sob a ótica do entrevistado 2, os administradores, de modo geral o gestor público, principalmente prefeitos e vereadores, que é a quem cabe promover as políticas públicas, não consideram a pasta do desenvolvimento econômico e a posicionam como segundo plano. No contexto supracitado de aumento da arrecadação de impostos, o enunciante em questão destaca que dada uma configuração de falta de recursos — atual situação da Prefeitura Municipal de Florianópolis — os gestores públicos visualizam uma fórmula básica, que se caracteriza como diminuir despesas e aumentar receitas, se configurando respectivamente nos cortes dos principais desembolsos e melhora da arrecadação tributária, no entanto, *“essa configuração chegará a um momento de ineficiência, pois a Prefeitura não terá mais caminhos alternativos”*.

Nota-se na fala do entrevistado supracitado que, inicialmente, tudo se torna mais eficiente no recolhimento de impostos ou geração de riquezas quando se aborda o ato de cortar despesas e aumentar tributos, todavia, se considerar um fluxo de caixa imaginário da prefeitura, há um determinado momento que o corte de despesas não irá gerar resultados positivos e a arrecadação tributação chegará ao ápice, pois a prefeitura estará cobrando 100% de todo imposto de direito.

A partir desse ponto, os entrevistados 2 e 4 destacam que é importante gerar riqueza a fim de constituir medidas de eficientização da máquina pública. No médio e longo prazo se não houver estratégias de criação de novas riquezas, a cidade não conseguirá fazer frente a áreas de educação, saneamento, mobilidade e segurança, afirmaram ambos os entrevistados. Ademais, o entrevistado 2 salientou que as demandas por essas áreas crescem em progressão geométrica e a melhoria do perfil da conta pública pela diminuição da despesa cresce em progressão aritmética. Desse modo, a cidade consegue levar até certo ponto esse crescimento aritmético, ou seja, é imprescindível pensar em políticas públicas voltadas ao

desenvolvimento econômico visando à criação de riqueza em progressão geométrica, capaz de fazer frente aos investimentos necessários em áreas substanciais.

Considerando a esfera tecnológica como uma das principais áreas de desenvolvimento econômico de Florianópolis, de acordo com a visão do entrevistado 3, a cada cem pessoas da região, seis trabalham diretamente com esse setor e estão envolvidas nesse ecossistema. Para esse mesmo entrevistado, todavia, no que tange o empreendedorismo de tecnologia, não houve retorno efetivo de apoio ao segmento do setor público, a despeito de ser o setor de maior arrecadação tributária. No tocante ao setor tecnológico, o entrevistado 8 corrobora com essa opinião, pois afirma que o apoio público ainda é tímido e não há nenhuma iniciativa significativa de apoio ao desenvolvimento econômico regional, todavia, *“há uma predisposição positiva em valorizar esses setores tecnológicos e de inovação”*.

O entrevistado 6, por ser um empresário do setor, citou que no âmbito municipal o sistema de incentivos é um elemento fundamental para apoiar o desenvolvimento econômico, seja com a criação de fundos ou programas de fomento a novos negócios, apoio à incubadoras e questões envolvendo os impactos tecnológicos. Em outras palavras, há uma série de ações proativas para que novos negócios possam surgir e se desenvolver.

No que concerne ao apoio à micro e pequenas empresas, não somente a empreendimentos tecnológicos, percebe-se que dois entrevistados (6, 10) consideram os microempreendedores de grande importância como fonte de geração de empregos e como fornecedoras de maiores empresas. Todavia, nesse contexto, o entrevistado 6 cita as compras de órgãos públicos, na qual as *“licitações são desenhadas de maneira onde as pequenas empresas normalmente não conseguem participar, pois são exigidas certas garantias muito difíceis para as pequenas empresas obterem”*. Porém, as compras de órgãos públicos poderiam ser um instrumento de vetorização de progresso de micro e pequenas empresas que, conseqüentemente, irão contribuir com o desenvolvimento econômico regional.

Para o entrevistado 10, não é possível tratar de desenvolvimento econômico de Florianópolis sem considerar o papel do pequeno empreendedor. Ele descreve essa conjuntura da seguinte maneira:

“Alguns esquecem que também é o pequeno empreendedor que faz a economia girar e faz a geração de renda. A política de desenvolvimento econômico precisa dar apoio aos empreendedores em geral e considera-los como principal base para a economia e para os processos de inovação”

Dada essa conjuntura, nota-se que os dois entrevistados (6 e 10) enfatizam que, por ser o setor de maior relevância econômica de Florianópolis, há uma tendência de considerar as empresas de tecnologia as protagonistas do desenvolvimento econômico local. Porém, do ponto de vista teórico e no que tange o papel do microempreendedor, resgata-se o oitavo fator que condiciona a criação de um ambiente propício ao negócio formulado por Isenberg (2010), no qual estabelece o não favoritismo econômico dos setores tecnológicos, mas designa investimentos em outras empresas que também estabelecem uma importante função para a criação do ecossistema empreendedor e que eventualmente não sejam relacionadas ao setor de tecnologia.

Percebe-se também que as opiniões dos entrevistados estão pautadas no desenvolvimento do empreendedorismo como fonte de criação de novos mercados e produtos que estabelecem novas configurações para o estado econômico atual, bem como pelo progresso econômico impulsionado pela busca por inovações. Essa ideia vai ao encontro das contribuições teóricas de Schumpeter (1982), na qual retoma o papel do empreendedor ao progresso econômico através de sua destruição criativa, dada a importância da figura do mesmo no que tange o desenvolvimento econômico, pois esse é capaz de converter uma nova ideia em uma inovação de sucesso.

Quanto ao desenvolvimento econômico de Münster, apenas o entrevistado 12 ressaltou que o apoio do poder público ao desenvolvimento econômico se dá por meio da postura pública adotada na região, mas que o governo apresenta características predominantemente burocráticas, isto é, não tão facilitadora para todos. Entretanto, ele destaca que as ações públicas podem contribuir com novas empresas que irão ser protagonistas do desenvolvimento econômico local, isso aconteceria por meio da criação da infraestrutura necessária e adequada para a abertura de empresas. Ele ainda se refere a uma questão primordial que é compreender qual é o modelo de administração vigente na região, bem como identificar se existe um motor econômico que esteja despontando.

A pertinente colocação do entrevistado supracitado concorda com Pereira (2015) em questões como a administração burocrática, que já não possibilitam o atendimento a demandas da população de muitas regiões e sobre o papel do governo quanto ao real apoio ao desenvolvimento econômico, principalmente considerando que a Alemanha é um dos países mais desenvolvidos do mundo. Uma administração pública burocrática não se coaduna com empresas competitivas que necessitam de respostas rápidas e concretas.

Percebe-se que existe uma preocupação constante na região quanto à dificuldade que um apoio público administrado de forma insatisfatória pode causar, principalmente com

procedimentos burocráticos que afastam os empreendedores que levariam inovação e desenvolvimento econômico para a cidade, que por falta de incentivos e apoio, acabam não conseguindo se inserir no mercado de trabalho. Sendo assim, se verificou necessário uma adaptação desse apoio, que seja mais voltado ao interesse e necessidade do cidadão.

Em Münster percebe-se que não há ações diretas do setor público local para incentivar o desenvolvimento econômico. No entanto, os investimentos que o governo local realiza em infraestrutura acabam beneficiando os empreendedores e estimulando o desenvolvimento da economia da cidade.

4.4 MICROCRÉDITO COMO MECANISMO DE APOIO AO EMPREENDEDORISMO E INSERÇÃO SOCIAL

Compreendendo o microcrédito como um apoio essencial para os pequenos negócios, configura-se como o combustível para a sustentabilidade de uma empresa. Considerando que nem sempre um empreendedor possui capital próprio para iniciar o seu negócio, os mecanismos de capital de terceiros formam um alicerce a fim de contribuir financeiramente para o desenvolvimento empreendedor. Nessa conjuntura, o combustível financeiro precisa estar acessível o tempo todo, em diferentes fases da jornada empreendedora. O foco deste tópico serão os mecanismos de microcrédito como instrumento de apoio ao empreendedorismo e inserção social.

Com relação aos financiamentos tradicionais, o entrevistado 2 salienta que esse mecanismo ainda se apresenta de maneira exigente, visto que há imposição de condições de garantias como a eventual penhora de veículos e imóveis. Nesse cenário, o gestor propõe a aplicação de fundos de inovação a fim de financiar a atividade de empreendedores de forma simplificada.

No entanto, o entrevistado também salienta que, atualmente, a Prefeitura de Florianópolis está com problemas financeiros e considerando que os fundos de inovação dependem de dotação orçamentária, normalmente ocorre o contingenciamento do valor dos fundos. O gestor destaca que ainda há fundos de investimentos de Investidores Anjos, como a Rede de Investidores Anjos atuante em Florianópolis, e *Venture Capital*, entretanto, ainda é inferior à luz da quantidade de empreendedores com boas ideias na cidade. Desse modo, “a administração pública precisa ter um mecanismo que atenda às necessidades financeiras das empresas e aos indivíduos que almejam empreender”.

O entrevistado 8 cita a importância do microcrédito, sobretudo para micro empreendedores, todavia, para o setor de tecnologia, ciência e inovação, o microcrédito não é relevante. Ele afirma que:

“Nesses setores a empresa cresce e quando fica estagnada tem que pegar mais do que microcrédito. Então esses mecanismos de financiamentos não estão sendo tão relevante para empresas de tecnologia. Nesse setor, acabamos trabalhando com Venture Capital e Investidores Anjos”

A opinião do entrevistado 2 no que tange as condições de garantias para obtenção de financiamentos vai ao encontro das contribuições de Yunus (2002), Neri (2013) e Cavalcante (2002), os quais consideram a dificuldade de acesso ao crédito tradicional consequência das imposições exigidas pelos financiadores tradicionais.

No tocante a instrumentos de financiamentos para o setor de tecnologia e conforme citado pelo entrevistado 2, a Rede de Investidores Anjo – RIA é uma iniciativa que visa atrair e conectar investidores anjo do estado de Santa Catarina e aproximá-los de empreendedores que buscam apoio para projetos de bases tecnológicas. Esse projeto é uma parceria da ACATE com a Anjos do Brasil – entidade de fomento ao investimento anjo no país – cuja missão é fomentar o empreendedorismo tecnológico e a inovação.

No que tange aos mecanismos de incentivos financeiros, o entrevistado 4 destaca que o microcrédito é importante para empresas que ainda estão atuando na informalidade ou àquelas que possuem um negócio incipiente, considerando os empreendedores de oportunidades e de necessidade. Nesse contexto, o entrevistado 5 complementa ao afirmar que o microcrédito é uma ação satisfatória para negócios iniciais, principalmente para os micro empresários. Todavia, para ele, é importante ter um acompanhamento técnico e profissional que ofereçam suporte de como gerir o negócio dentro dos padrões de mercado e, principalmente, das áreas financeira e fiscal, não somente oferecer financiamentos, pois é *“desejável que o microcrédito se associe a outros instrumentos, como a qualificação profissional e a capacitação gerencial”*.

Sob a ótica do entrevistado 2, o microcrédito torna-se uma política pública de desenvolvimento econômico se estiver dentro de um planejamento estratégico. De forma isolada, esse método de financiamento não produz efeitos positivos. Para ele, se analisar as fases de um negócio separadamente, o microcrédito pode ser benefício em um primeiro momento. Entretanto, é necessário ter perspectivas de outras fontes que permitam que o

empreendedor dê continuidade ao negócio, ou seja, o microcrédito apenas não é um mecanismo autossustentável.

No que diz respeito às micro e pequenas empresas, o entrevistado 3 destaca que o mecanismo possui grande importância no desenvolvimento em função de sua representatividade econômica. Entretanto, apesar da relevância, as empresas ainda apresentam impedimentos de acesso ao crédito, o que, em alguns casos acaba por gerar dificuldades no desenvolvimento das atividades produtivas dos empreendedores, refletindo na menor capacidade de geração de renda e emprego.

Porém, para o entrevistado 3, o microcrédito é uma política pública de desenvolvimento econômico desde que esteja inserido em um ambiente controlado de negócio, dada a complexidade de manter a sustentabilidade. Para ele, a oferta de microcrédito deve ser julgada por um comitê experiente a fim de captar quais são os negócios prioritários.

Nesse sentido, resgata-se a contribuição de Costanzi (2002) dada à importância de não considerar o microcrédito como fator único combate à pobreza, mas sim de integração com outros elementos ou ações, como educação e capacitação, qualificação profissional. O mesmo autor ressalta que a auto sustentabilidade de programas de microcrédito enquanto mecanismo de combate à exclusão social, visto que podem se configurar como instrumentos sem impactos duradouros ou de longo prazo para os que obtêm esse aporte.

Sob a perspectiva do entrevistado 1, o microcrédito é um sistema financeiro consistentemente estruturado o qual é capaz de servir como instrumento para alavancar o crescimento econômico, pois pode criar um ambiente favorável para que os investimentos ocorram. No que tange o combate à pobreza, o entrevistado cita os resultados positivos e o cumprimento do papel na promoção da inclusão social, dado que os programas de microcrédito surgem como uma política pública alternativa de geração de emprego e renda, ampliando a capacidade de micro empreendimentos formais e informais. O enunciante em questão ainda destaca a existência do programa “juros zero”. Para ele, tem gerado resultados positivos para micro e pequenas empresas, sendo importante a disseminação desse programa no município.

O programa juros zero citado pelo gestor público diz respeito a uma linha de fomento a nível estadual ao empreendedorismo. Com a iniciativa do governo do estado de Santa Catarina, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Econômico Sustentável - SDS e da Agência de Fomento de Santa Catarina – BADESC, o programa é destinado a oferecer até R\$ 3.000,00 ao microempreendedor individual para investir em capital de giro ou aquisição de materiais e equipamentos.

Todavia, o entrevistado 1 ainda afirma que:

“Para o programa “juros zero” é necessário um fundo de investimento muito alto, devido ao giro monetário. Por mais que o programa esteja sendo aceito, ainda existe uma demanda reprimida de microcrédito que não está sendo possível suprir com as ações atuais. O microcrédito é um caminho de incentivo para os micros empreendedores, pois aqueles que subiram de categoria econômica utilizaram o microcrédito para conseguir alavancar o seu negócio.”

Com uma posição positiva frente à disponibilidade de microcrédito, o entrevistado 9 destaca que o mecanismo é uma forma inteligente de promover e despertar o empreendedorismo na cidade para aqueles que não possuem acesso à altos valores monetários para iniciar ou manter o negócio. As orientações financeiras disponibilizadas são fundamentais para que a pessoa faça o bom uso do dinheiro, afirma o entrevistado.

Sob a perspectiva do entrevistado 11, o qual também apresenta uma opinião positiva, pois é benéfico para pequenos empreendedores, para fluxos de caixa e pequenos investimentos, *“pois sem crédito as pequenas organizações não sobrevivem. Pode ser um crédito público, através de agências de financiamento ou crédito privado ou por agências bancárias privadas.”*

Nota-se, a partir da opinião dos entrevistados supracitados, que há concordância no que tange a relevância da disponibilidade de microcrédito para àqueles microempreendedores que possuem impossibilidade de acesso ao crédito, por isso, torna-se fundamental que a entrega do empréstimo ocorra sem as exigências ou obstáculos tradicionais, retirando muitos da informalidade. Porém, para o setor de maior representatividade na cidade, o microcrédito não se configura de maneira expressiva, visto que as empresas de tecnologia normalmente não necessitam de linhas de fomento menores ou subvenções governamentais, de tal forma que carecem de financiamentos com maiores valores para poder desenvolver e manter o negócio tornando o microcrédito ineficiente para área de tecnologia.

No tocante à cidade de Münster e sob as perspectivas do entrevistado 12, o microcrédito pode ser uma fonte de apoio ao empreendedorismo, entretanto, ele afirma que esse mecanismo não é eficaz na Alemanha, pois os empreendedores locais precisam de créditos mais elevados do que se costuma obter com o microcrédito.

A forma jurídica de investimento que mais se encaixa na realidade alemã é baseada na Sociedade Limitada (*Gesellschaft mit beschränkter Haftung – GmbH*), sendo muito semelhante à forma jurídica do Brasil. Segundo RMW&C Rechtsanwälte und Advogados

(2012) constituição de GmbH determina um capital social de pelo menos 25.000,00 €, com integralização de 12.500,00 € no ato do registro e considerando que empresas de microcrédito como *Stadt Munster (2016)* e *Banken-Auskunft* possibilitam empréstimos de até 10.000,00 €, portanto, acaba sendo limitada a abertura de empresa, conforme informado pelo entrevistado.

Entretanto, de acordo com *RMW&C Rechtsanwälte und Advogados (2012)*, em 2008 foi criada a lei alemã de uma Pré-Sociedade Limitada (*Unternehmergeellschaft haftungsbeschränkt – UG*), onde o capital social mínimo é de 1,00 €, com uma destinação de 25% dos resultados dos exercícios até atingir os 25.000,00 €, tornando-se posteriormente uma GmbH efetiva, deixando mais facilitada a abertura de empresas através de investimentos, independente dos valores normalmente disponibilizados em microcréditos.

O entrevistado 13 afirma que o instrumento do microcrédito se configura como uma boa maneira para que os indivíduos sejam impulsionados a iniciar um novo negócio, visto que fornece um suporte para as ações primárias da criação de uma empresa, mesma perspectiva de *Andreassi (2003)*, que considera os recursos financeiros um passo importante para um novo negócio, entretanto, o entrevistado não tem certeza se o impacto que o microcrédito causa na sociedade é sempre positivo.

O microcrédito foi percebido como mecanismos positivos para impulsionar a criação de empresas, mas não como algo realmente eficaz na região especificamente de Münster, pois para atender as necessidades de investimento de capital, é preciso conhecer a realidade de aberturas de empresa, pois não basta apenas disponibilizar o capital, é preciso saber se esse capital é suficiente para proporcionar o que é desejado, entretanto, como verificado, aos poucos a região vai se adaptando as necessidades e melhorando as opções para os cidadãos. Isso decorre como consequência do ambiente econômico e social da Alemanha, pois trata-se de um país desenvolvido com pouca economia informal e população social excluída.

4.5 ECONOMIA INFORMAL COMO FONTE DE EMPREENDEDORISMO

No que tange as atividades que estão à margem da formalidade, o entrevistado 2 destaca que deveriam haver esforços para formalizar as empresas que ainda encontram-se nessa situação, pois a formalização é uma fonte de ampliar a arrecadação tributária do ente público. Para ele, há de se pensar em formas de incentivar os indivíduos a ser formalizarem através do desenvolvimento de um ambiente favorável ao negócio, pois gera uma tendência de optar pela formalidade. O entrevistado também salienta que já existem decretos exigindo a

formalização de empresas. No entanto, a informalidade ainda é constante, de modo que seja necessário criar um ecossistema e uma cultura de estímulo ao empreendedorismo regional.

O entrevistado 4 considera a economia informal como uma fonte de empreendedorismo, entretanto, não benéfica, pois gera a concorrência desleal, de modo a afetar a sustentabilidade do ecossistema. Diante desse cenário, o importante é criar formas de concorrências justas. O enunciante destaca que há problemas com a burocracia e carga tributária, contudo, alguns empreendedores estão na formalidade por não disporem de um meio de informação sobre como legalizar um negócio, cuja parceria do SEBRAE é um fator primordial para capacitar empreendedores ao assunto.

Quando questionado a respeito de microempreendedores individuais - MEI, o entrevistado 1 destacou a importância de dar prioridade a massa de empreendedores ilegais. Todavia, segundo ele, o retorno econômico para a cidade quando há a formalização ainda é baixo. O Produto Interno Bruto – PIB do município para cada MEI formalizado conta como teto, pois o empreendedor não emite nota fiscal, logo, não há como calcular o valor do faturamento. Então, por via de regra, a Receita Federal interpreta que foi um acúmulo de R\$ 60.000,00 para cada um dos empreendedores ilegais inseridos na economia formal. Desse modo, o enunciante também salienta que as estratégias de formalização fornecem incremento de arrecadação para os municípios e que acaba por se transformar em uma fonte de recursos para que a cidade formule novas estratégias de formalização dos empreendedores ilegais.

Sob a perspectiva do entrevistado 5, a economia informal se configura como início de um novo negócio que em algum tempo irá passar para a formalidade se o ambiente for vantajoso ao empreendimento. O mesmo entrevistado descreve que o empreendedor sente a necessidade de adentrar ao mercado formal para ter acesso aos benefícios, como financiamentos e microcrédito, a fim de expandir seu negócio amparado por políticas de apoio. Para o enunciante, a informalidade é uma via de escape contra o excesso de burocracia, vista no primeiro momento como uma alternativa apropriada, porém, esconde consequências tanto para o empresário quanto ao poder público.

O entrevistado 6 cita que a economia informal não é benéfica, logo, não considera uma fonte de empreendedorismo e inovação. Nessa conjuntura, o empresário discursa da seguinte maneira:

“a maior incidência de empreendedorismo é por necessidade, não pela oportunidade, então não acredito que seja um caminho, acho que as ideias que começam em garagens, apartamentos podem ser considerados informais, mas a partir do momento que se torna uma

atividade econômica, que é uma empresa que vende algum produto ou serviço, ela já deveria deixar de ser economia informal, então não posso acreditar que seria uma fonte, pois ela é basicamente um empreendedorismo por necessidade na grande maioria das vezes.”

Já o entrevistado 8 cita a área tecnológica, na qual não economia informal não é relevante, mas existem empresas em estágio de concepção, *startup*, onde a empresa “*morre no seu momento inicial ou se desenvolve e formaliza o seu negócio*”. Nesse setor, a atividade torna-se mais dinâmica e flexível, onde a informalidade não prejudica, podendo ajudar a criar canais de acesso e fornecimento mais ágeis e mais competitivos, afirma o entrevistado.

Sob o ponto de vista do entrevistado 9, a economia informal se configura pela falta de conhecimento, própria da “*desestruturação de pensamento e do jeito brasileiro de improvisar*”. Sobre negócios informais, o entrevistado ainda afirma que:

“Não dá para negar que a ideia de negócio possa se transformar e mais adiante dar certo, mas não é um caminho muito inteligente a se seguir para a construção de qualquer empresa. Ela muito mais atrapalha e despende ações do poder público, do que produz efeitos positivos. Não é nenhuma fonte de inspiração que se recomende. Não é um exemplo a ser seguido, pois infringe todas as outras pessoas que estão instituídas formalmente e arcando com o ônus que é a vivência em sociedade e pagando impostos.”

O entrevistado 11 considera a economia informal como fonte de empreendedorismo e inovação, visto que faz a economia girar e podem sair boas ideias de um negócio que atua à margem da formalidade. Nessa conjuntura, é fundamental que o poder público crie ações para diminuir a burocracia e impostos para que esse empreendedor se sinta abrigado dentro do setor público. Algumas vezes, a economia informal gera negócios criativos, afirma o entrevistado. Ainda nessa questão, ele descreve a atuação informal da seguinte maneira:

“Às vezes, a pessoa que atua na informalidade tem ideias de negócios mais criativas do que aqueles que tem o salário garantido no final do mês, então é muito bom no sentido de potencial de inovação, mas ao mesmo tempo a gente tem que entender que é uma situação bem precária. O setor público deve fazer a sedução dessas pessoas para dentro da formalidade.”

Percebe-se que a economia informal é tratada pelos gestores públicos e empresários como uma atividade de curto prazo, não como uma estratégia definitiva. Nesse contexto,

ainda analisando a opinião dos entrevistados, a informalidade existe porque o sistema — União, Estado e Município — de alguma forma repelem a formalização: carga tributária elevada, burocracia em excesso, alto custo, tempo para abrir uma empresa. São questões que precisam ser atacadas, pois fazem parte de um ambiente propício à criação e desenvolvimento de empresas. Se o microcrédito estiver embutido dentro de uma política de desenvolvimento econômico que geram benefícios ao empreendedor, o mesmo irá desejar a formalização para acessar o mecanismo de crédito, assim como se houver um fundo de inovação eficaz, o empreendedor optar pela formalização para ter acesso.

Portanto, há de se reparar que a informalidade é benéfica para identificar a existência de necessidade de revisão na regulamentação vigente, a qual repele os empreendedores. De fato, essa ideia corrobora com contribuição de Lopes (1996), pois a perspectiva é de que o custo excessivo do emprego e da carga tributária seriam os fatores preponderantes na opção pela informalidade, tanto pelos empregadores quanto pelos trabalhadores. A informalidade seria, portanto, uma tentativa de burlar a legislação.

Logo, nota-se que nem todos os empreendimentos informais derivam de atividades que devem ser marginalizadas. Desse modo, o setor público não deve adotar uma postura de confronto, mas sim de atratividade pautada na ideia de que podem existir ideias inovadoras mesmo atuando no mercado informal.

Quanto à região de Münster, o entrevistado 12 considera a economia informal como uma fonte de inovação, visto que os processos de criação de novas ideias necessitam de uma interação com o ecossistema e, para essa relação, não é necessário somente estar atuando sobre a estrutura formal.

Por sua vez, o entrevistado 13 também considera a economia informal como positiva, pois, em geral, onde as pessoas veem a chance de gerar lucro leva à inovação e, para ele, as ideias inovadoras contribuem para a resolução de problemas, não importando se é constituída formalmente ou é de caráter informal, questões estas que seguem as mesmas abordadas por Cacciamali (2010) e Silveira Filho (2004), quando se referem aos entrantes na informalidade por necessidade e da esperança dada pelo mercado informal para as ideias inovadoras.

Foi observada uma discordância entre os entrevistados, principalmente em Florianópolis, onde alguns diziam se tratar de fonte de inovação e outros como uma concorrência desleal, diferente do que foi encontrado na teoria, que trata a informalidade como algo que mostra a realidade e necessidade da região. Quanto em Münster, as opiniões foram positivas para a informalidade principalmente devido a Alemanha ser um país desenvolvido, existindo um número pequeno de informalidade comparado ao Brasil.

4.6 ECOSSISTEMA EMPREENDEDOR E INOVADOR DAS REGIÕES

Este tópico destina-se a descrever as principais ações e políticas desenvolvidas em Florianópolis e Münster com o objetivo de promover, desenvolver e fomentar o empreendedorismo e desenvolvimento econômico local. A análise desta seção será realizada à luz das contribuições teóricas de Isenberg (2010) pautadas em três dos seis fatores de domínios dos ecossistemas empreendedores, tais quais: políticas públicas, capital humano e instituições de suporte, bem como mesclando análises teóricas de outros autores.

4.6.1 Florianópolis

4.6.1.1 Políticas Públicas

Analisar o domínio das políticas é fundamental para o entendimento das ações que visam à criação de um ecossistema propício ao negócio, dado que as políticas públicas de apoio ao desenvolvimento de empresas são impactantes na construção de um ambiente empreendedor. No âmbito das políticas públicas, Florianópolis destaca-se por visualizar um cenário mais favorável a abertura de uma empresa do que a média de outros estados brasileiros. No entanto, o ecossistema empreendedor de Florianópolis não tangue as políticas públicas de incentivo ao empreendedorismo foi descrito de diferentes formas pelos entrevistados.

Dado o plano secundário das ações públicas voltadas ao desenvolvimento econômico da cidade, o entrevistado 4 relatou a criação de um conselho para assuntos políticos de Florianópolis, após a percepção que o meio político-empresarial precisava se desenvolver na cidade. Como ação desse conselho, foi concebido um documento a ser destinado ao poder público focado em duas frentes principais:

- Desenvolvimento econômico da região
- Eficiência na gestão

A partir da escolha das principais prioridades que deveriam constar no projeto, os responsáveis apresentaram o documento aos dirigentes do poder executivo e legislativo. O atual poder executivo da cidade de Florianópolis firmou o acordo de comprometimento com os principais pontos, gerando, primeiramente, uma aproximação das associações empresariais, como a Associação Comercial e Industrial de Florianópolis – ACIF e a Câmara de Dirigentes Lojistas - CDL, e posteriormente houve a aproximação de empresários com o propósito de participar da efetivação do poder público diante do desenvolvimento econômico, descreveu o

entrevistado 4. O mesmo gestor descreveu algumas ações ligadas ao documento, tais como: desburocratização de alvarás de funcionamento e a Lei Municipal de Inovação, que trata sobre sistemas, mecanismos e incentivos à atividade tecnológica e de inovação que visa o desenvolvimento sustentável em Florianópolis.

A primeira estratégia desse projeto, em termos de políticas públicas, é referente à redução do tempo de abertura de empresas na cidade através de um alvará condicionado, devido à demora na concessão de permissão para uma empresa iniciar suas atividades. O funcionamento do alvará condicionado se dá através da contratação de um profissional com fé pública — engenheiros ou arquitetos — para o preenchimento de um relatório a fim de constar se todas as instalações estão dentro das normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, bem como se os equipamentos contra incêndios estão regularizados, considerando a complexidade de cada negócio. O entrevistado 4 exemplifica o funcionamento do alvará supracitado:

“Se uma empresa estiver com o vidro de seu estabelecimento danificado, ela poderá receber um alvará a condicionando a resolver o problema em determinado tempo, desde que esse contratempo não impeça a abertura da empresa nem ofereça risco aos clientes. É importante salientar dois pontos principais: se houver alguma fraude, o profissional, destinado de boa fé, será responsabilizado e a empresa pagará o dobro do valor de um alvará comum, enquanto não estiver com o problema regularizado.”

A Lei Complementar nº 592/2016 de 7 de dezembro de 2016 regulamenta o alvará citado pelo gestor público, o instituindo para o exercício da atividade econômica no município a fim de desburocratizar o processo de abertura de empresas. Com a iniciativa, o alvará condicionado será disponibilizado à empresa para que a mesma possa exercer a atividade até a fiscalização da administração pública para obtenção do alvará definitivo. O objetivo da medida é agilizar os trâmites burocráticos para liberação de abertura de novas empresas.

Ainda sobre o funcionamento do alvará condicionado, os entrevistados 1 e 10 afirmam que o principal propósito é buscar celeridade no processo de concepção de uma empresa e enfatizam o benefício dessa ação para o micro empreendedor. O entrevistado 10 ainda descreve que se a empresa possui até 750m², não possui alto impacto ambiental ou sanitário e se não há nenhum outro fator limitante, poderá abrir o negócio com a declaração de uma forma mais rápida e desburocratizada. Ele ainda afirma que o processo de condicionamento é um impasse antigo das instituições de desenvolvimento econômico de Florianópolis, como a

ACIF e SESCON, pois essa ação vai ao encontro do desenvolvimento econômico, pois se não pensar em desenvolvimento econômico pautado no micro e médio empreendedor é difícil fazer a economia girar, porque o desenvolvimento só estará a cargo de grandes empresas e grandes investimentos. É importante pensar que o micro e médio empreendedor também geram empregos e renda.

Nesse cenário, o entrevistado 1 destaca que o grande problema é a questão da burocracia afeta os micro empreendedores, pois

“é o principal entrave para o empreendedor que quer começar o seu negócio, porque uma empresa grande chega já com um grande número de empregos definidos, eles não precisam passar pela mesma burocracia, podem ir para o gabinete do prefeito e dizer que querem a isenção nas taxas de alvará e meio ambiente. Já pra quem quer abrir um pequeno negócio é muito complicado, podendo levar até 140 dias para abrir a sua empresa”.

Considerando que o tempo médio de processamento das fiscalizações dos bombeiros e vigilância sanitária é de cem dias, o projeto descrito pelo entrevistado 4 também contou com precedentes na atual lei para que microempresas individuais daqueles segmentos de baixa complexidade — prestações de serviços em geral, desde que não relacionados à saúde, alimentação ou negócios com alto impacto ambiental — possam abrir seus negócios dentro de residências, sem configurá-las como imóvel comercial.

No tange as empresas de tecnologia, o documento contou com a proposta do alvará unificado. Segundo o enunciante em questão, uma empresa do ramo de tecnológico que possui a pretensão de instalação na ACATE, por exemplo, terá um alvará geral já concedido para o prédio da associação empresarial. Esse projeto reduzirá o gargalo de tempo de abertura de empresas de base tecnológica em Florianópolis. Todavia, o documento, até a presente data, está em discussão da minuta do decreto, e após, passará por alguns ajustes até ser aprovado e publicado no Diário Oficial, afirma o entrevistado 4.

O Inciso II do Art. 6º da Lei Complementar nº 592/2016 denota a emissão de alvará unificado para funcionamento de estabelecimentos que estiverem inserido em parques tecnológicos de Florianópolis. A iniciativa visa desburocratizar o processo e aumentar a atração e permanência das empresas do setor tecnológico na cidade.

Além disso, a prefeitura vem adotando diversas ações de custo prazo, como a Lei do Alvará Condicionado, que permite o microempreendedor individual a utilizar sua residência como sede do estabelecimento, de médio prazo, como que é atrair empresas para a cidade e a

longo prazo, com o Fundo Municipal de Inovação como forma de fortalecer e acelerar o setor de tecnologia da Informação.

Apesar da descrição dos alvarás que simplificam o funcionamento das empresas, dois entrevistados (entrevistado 2, 5 e 6) acreditam que ainda faltam elementos que possam formar o ecossistema de inovação da cidade. Quanto a essas opiniões, foi dito o seguinte:

Entrevistado 2: “A desburocratização deve ser o principal apoio para oferecer suporte à outras políticas. É inaceitável levar mais de dois anos para formalizar uma empresa, conseguir um alvará sanitário, receber a vistoria de bombeiros ou ter a consulta de viabilidade do negócio. O alvará de funcionamento irá ser uma boa medida, mas não irá se configurar como a solução de todos os problemas, ainda há muito para ser feito nesse sentido.”

Entrevistado 5: “Eu acho uma boa ideia essas questões envolvendo a simplificação dos alvarás, acredito ser um bom começo. Mas creio que ainda falta agilidade em todo esse processo”

Entrevistado 6: “Tem que investir mais ainda em desburocratizar, buscando a agilidade de fiscalizações de órgãos ambientais ou fiscalizações de bombeiros. Acredito que essas políticas públicas que estão sendo formuladas, como o alvará condicionado, são limitadas, pois faltam elementos no ecossistema. Hoje falir na cidade é uma grande problema, porque você tem dificuldade de sair de uma negativa de débito e entrar em um novo negócio. Acho as políticas de funcionamento uma boa ideia, porém, ainda limitadas para formar um ambiente propício ao negócio. Ainda há muita burocracia envolvida”.

Percebe-se que a desburocratização foi unânime para todos os entrevistados que citaram os programas de facilitação de alvarás. De modo que a concepção de mecanismos que possam desburocratizar o processo de abertura de empresas vai ao encontro da teoria de Ferronato (2011), pois mesmo com as iniciativas de criação de alvarás, ainda há controle das atividades empresariais por parte dos órgãos públicos.

O Brasil se configura como um dos países mais burocráticos no tocante ao empreendedorismo devido à dificuldade em abrir e fechar empresas. Diante desse cenário a nível nacional, Florianópolis ainda destaca-se positivamente, pois o poder público está buscando mecanismos para a reforma burocrática da cidade no que tange a otimização de abertura de novos negócios. Nesse sentido, resgata-se o nono fator que condiciona a criação de um ambiente empreendedor, proposto por Isenberg (2010), o qual se caracteriza pela reforma legal, regulatória e burocrática a fim de facilitar a entrada de novas empresas. Porém,

é necessário que o município gere medidas salutares, pois os modelos de facilitação, como os citados anteriormente são bem vindos, desde que as respectivas fiscalizações venham com a eficiência esperada.

Outro ponto destacado pelos entrevistados foi a Lei Complementar nº 432/2016 de 7 de maio de 2012. A Lei de Municipal de Inovação dispõe sobre incentivos às atividades de base tecnológica, destinada a promover negócios, apoiar *startups* e outras empresas de cunho inovador, visando ao município.

A criação do Fundo Municipal de Inovação permitirá que empresas públicas e privadas aportem recursos financeiros para apoiar projetos, estudos e programas de pessoas físicas ou jurídicas, voltados à inovação e desenvolvidos em Florianópolis. De acordo com dados da Prefeitura Municipal de Florianópolis, pelo menos 20% dos valores recebidos pelo Fundo devem ser aplicados em projetos de micro e pequenas empresas e 10% serão destinados para programas de inclusão social.

O entrevistado 3 destaca que o Fundo Municipal de Inovação é importante para criar ações para fomentar o desenvolvimento de empreendimentos inovadores, para capacitar mão-de-obra e para promover a inclusão digital. Além disso, a Lei permite um mecanismo desburocratizado para que ideias inovadoras se tornem produtos reais. Isso tudo poderá provocar um ciclo inédito de empreendedorismo inovador, trazendo ainda mais dinamismo ao setor tecnológico.

Porém, para o entrevistado 2 a Lei de Inovação é fantástica, mas é difícil observar a efetiva aplicação dessa lei no município, devido a grande burocracia vigente. Para ele, a lei *“é quase que totalmente desconexa com a realidade das empresas, ou seja, é uma lei muito boa no papel, mas quando entrega para o empresário e pergunta o que ele consegue usar, provavelmente ele irá dizer que não consegue usar nada”*.

Foi possível perceber pela opinião do entrevistado supracitado que a Lei de Inovação por si só não é suficiente para efetivamente se alcançar o desenvolvimento econômico, mas é importante ressaltar que ela representa um marco. A implementação da Lei de Inovação deve, portanto, levar à melhoria e ao aperfeiçoamento das atividades e, conseqüentemente, facilitar a transferência de tecnologia. Por outro lado, é preciso também ter cautela para que o tema da inovação e estímulos ao empreendedorismo, não sejam burocratizados, criando mais um entrave à viabilização das ações institucionais.

Além das principais políticas adotadas ou em processo de implantação, o entrevistado 4 salienta o trabalho que está sendo executado para atrair empresas de base tecnológicas para a cidade, segundo ele, irá começar uma campanha para promover a cidade como um bom

destino para trabalhar e empreender. Segundo o enunciante, *“sempre que vier alguma empresa de grande porte, a ideia é fomentar o programa de participação”*.

Diante dessa estratégia, percebe-se a preocupação, por parte do gestor, com a sustentabilidade do ecossistema, visto que há possibilidade de ingresso de grandes empresas que podem dizimar a mão de obra de pequenos negócios locais. Nesse cenário, é necessário formular exigências para manter o ecossistema vivo, como através de aportes de grandes empresas no fundo municipal de inovação a fim de desenvolver a capacitação de mão de obra.

O programa de Incentivo Fiscal à Inovação – vertente de Lei Complementar n. 432, citada anteriormente – foi outro aspecto do projeto destacado pelo entrevistado 4. Segundo o gestor público, uma empresa poderá apresentar uma ideia à prefeitura da cidade, a qual será analisada pelo comitê específico com base em regras publicadas no edital. Se aprovada, a mpe ou o Microempreendedor Individual ganhará uma autorização para captar Imposto sobre Serviços - ISS ou Imposto Predial ou Territorial Urbano – IPTU, ou seja, a empresa poderá captar de contribuintes devedores até 20% de cada um dos impostos – máximo de R\$ 180.000,00 para ser executado em dois anos – a fim de financiar o seu projeto. A empresa contribuinte também ganhará um certificado pela doação e desconto para quitar seu débito junto à prefeitura. Para o enunciante, esse processo é *“desburocratizado e serve para fomentar a inovação, visto que é o setor que possui a maior arrecadação tributária da região”*.

O enunciante salienta que ao reduzir a alíquota, isentar ou compensar empresas pelo pagamento, a administração pública permite que as empresas invistam o montante em suas operações e movimentação da economia. Dentro desse contexto, o entrevistado 2 cita que existem inúmeros programas de implantação que conseguem postergar até 75% de 2% da alíquota nos casos de prestação de serviço para pagamento em 4 anos, ou seja, o poder público continuará recebendo 2% da alíquota, entretanto, a empresa pagará somente 25% no primeiro momento.

Nota-se na opinião dos entrevistados que os incentivos fiscais e econômicos contribuem para a criação de um ambiente favorável ao negócio. Nesse cenário, os estímulos fiscais e econômicos são relacionados como proveitos relacionados à carga tributária concedida pelo poder público com o propósito de estimular um setor ou atividade econômica. Esses incentivos consistem em um importante instrumento de governo para promover o desenvolvimento econômico e social, por meio de incitamentos à atividade.

4.6.1.2 Instituições de Suporte

No tocante às instituições de suporte e sob a ótica do entrevistado 9, Florianópolis é um das cidades que mais possuem o apoio e disseminação de conhecimento advindos das instituições de suporte. O entrevistado cita que as incubadoras e aceleradoras de empresas fornecem suporte para que o conhecimento se transforme efetivamente em tecnologia. Nessa conjuntura, ele ainda cita que Florianópolis possui duas incubadoras: MIDI Tecnológico e Incubadora CELTA.

O Centro Empresarial para Laboração de Tecnologias Avançadas – CELTA é uma incubadora empresarial pertencente à Fundação CERTI — organização de pesquisa e desenvolvimento referência em tecnologias avançadas — que foi um dos percussores nacionais na atividade de incubação. Possui o objetivo de estimular e apoiar a criação, desenvolvimento, consolidação e interação com o meio empresarial e científico para empreendimentos de base tecnológica. Segundo dados disponibilizados pelo próprio CELTA, o sucesso da incubadora está atrelado ao modelo de gerenciamento pautado na conexão entre diversos atores que compõe um ecossistema empreendedor: Prefeitura Municipal de Florianópolis, Governo de Estado de Santa Catarina, Universidade Federal e outras entidades de cunho empresarial.

A MIDI Tecnológico, outra incubadora citada pelo entrevistado, é uma parceria entre o SEBRAE e a ACATE, com o objetivo de incentivar a criação de empresas de base tecnológica e apoiar os processos de inovação no estado. A incubadora abriga empresas cujos produtos, processos ou serviços são gerados a partir de resultados de pesquisas científicas aplicadas, nos quais a tecnologia e a inovação representam alto valor agregado.

Por sua vez, entrevistado 10 também destaca a importância das incubadoras de Florianópolis frente à sua capacidade de transformar resultados das pesquisas científicas em negócios impactantes e sustentáveis, especialmente quando há conexão entre competências técnicas de mercado e gerenciais com conhecimentos acadêmicos.

Nesse cenário, Florianópolis destaca-se pela criação de um ambiente propício ao negócio por meio de centros de incubação, os quais fornecem um lugar seguro para o desenvolvimento de novos negócios, otimização de recursos e ampliação da conexão com o setor empresarial e universidades. Em ambiente de incubadoras, os futuros empreendimentos possuem acesso a subsídios e ferramentas – gerencial, administrativa e mercadológica — para a consolidação de uma ideia de negócio e disseminação da cultura empreendedora (JABBOUR; DIAS; FONSECA, 2005).

De acordo com o entrevistado 1, a cidade de Florianópolis já possui um ecossistema de empreendedorismo e inovação arquitetado no que tange as instituições de suporte. Além das incubadoras, o gestor público também cita os parques tecnológicos como instituições que oferecem o alicerce para o desenvolvimento de empresas. Para ele, os parques oferecem a estrutura eficaz para o ambiente de inovação. Desse modo, o enunciante afirma que a prefeitura da cidade depende pouco esforço para fomentar a cadeia produtiva de inovação e isso depende do desenvolvimento da cultura do município.

Conforme citado pelo entrevistado, Florianópolis possui dois parques tecnológicos consolidados, dois grandes investimentos governamentais: Sapiens Parque e Parque Tecnológico Alfa.

O Parque Tecnológico Alfa possui cerca de 100 mil metros quadrados e mais de 70 empresas de tecnologia instaladas (Prefeitura Municipal de Florianópolis, 2016). Com essa estrutura, o parque materializou a proposta de um ambiente voltado para a inovação. Já o Sapiens Parque foi criado por meio de uma parceria entre a Fundação CERTI e o Governo do Estado de Santa Catarina. Atualmente, abriga empresas de diversos setores, porém todas com um denominador comum: são inovadoras.

Nesse cenário, o entrevistado 6 afirma que o ecossistema de Florianópolis é favorável ao surgimento de inovação na comparação a nível nacional, pois tem centro de inovações, foi uma cidade pioneira na formulação da Lei de Inovação e possui empresas bem consolidadas, parques tecnológicos, incubadoras e outras instituições que desenvolvem o empreendedorismo inovador na cidade.

Nesse sentido, os parques tecnológicos, incubadoras e outras associações empresariais são exemplos de ambiente mais propício ao empreendedorismo, pois as empresas recebem um apoio de gestão mais próximo. Nesses locais, os empreendimentos recebem apoio efetivo para que uma ideia impactante não se perca por falta de exposição ou suporte básico.

4.6.1.3 Capital Humano

Para terem sucesso, as empresas demandam trabalhadores qualificados. Por isso, o domínio de recursos humanos salienta a importância da capacitação de mão-de-obra e oferta de profissionais qualificados ao ecossistema. A formação de capital humano, por meio da educação empreendedora, serve de base para as reformas governamentais. Além disso, as regiões mais empreendedoras são aquelas que contam com um fornecimento de profissionais

talentosos e têm o potencial de atrair trabalhadores mais capacitados.

Desse modo, os entrevistados foram questionados a respeito do papel da universidade na formação de pessoas capacitadas a fim de contribuir com o ecossistema facilitador à atividade empreendedora.

No que tange aos aspectos de inovação, a formação de talento é um dos pontos principais para o desenvolvimento do ecossistema, afirma o entrevistado 2, tendo em vista a necessidade de obter talentos condizentes com o modelo de desenvolvimento econômico proposto. Na visão do enunciante, a formação de talentos não está conectada apenas com cursos de capacitação isolados, mas sim com formações eficientes que possam gerar resultados. Para ele, a cidade possui universidades qualificadas que disseminam mão de obra especializada para atuar nos principais setores de empreendedorismo de Florianópolis, desse modo, *“algumas empresas buscam atuar na cidade, pois ainda se tem uma formação de talentos condizente com empresas inovadoras”*.

Diante desse contexto, o entrevistado 4 descreveu que todos os conceitos de modelos de inovação e gestão pública vigentes consideram o intercâmbio de informações de diversos atores que formam um ecossistema empresarial. O gestor afirma que:

“O conselho municipal de inovação, por exemplo, tem representantes de universidades, empresários e de órgãos públicos. Todos os fundos e conselhos trabalham com esse modelo, não tem como ser diferente. No nosso caso, parcerias com as universidades são essenciais por causa da capacitação e da mão de obra qualificada para suprir as demandas do ambiente empreendedor de Florianópolis, através do seu papel de ser o motor para a formação de talentos”.

Considerando a dinâmica descrita pelo entrevistado 4, pode-se identificar o papel de cada ator no modelo da Tríplice Hélice de Etzkowitz e Leydesdorff (2000): universidade, empresas e o setor público, pautadas no relacionamento mútuo entre os três atores a fim de um aprimorar o desempenho do outro na geração e disseminação do conhecimento. Desse modo, percebe-se na fala do entrevistado a pertinente importância das relações das universidades no processo de inovação tecnológica e de desenvolvimento do conhecimento no contexto científico e empresarial, elevando os potenciais das organizações na construção de produtos e serviços que impulsionam o desenvolvimento econômico e tecnológico da região.

No que tange a representatividade da UFSC perante o ecossistema empreendedor de Florianópolis, o entrevistado 8 destacou a importância da instituição de ensino na atual conjuntura tecnológica e inovadora do município. Para ele, a cidade tecnológica e o

ecossistema de empreendedorismo e inovação não existiriam sem a UFSC. Diante desse tema, ele discursa da seguinte maneira:

“Toda a causa do movimento aqui em Florianópolis foi a universidade. Para você criar empreendimento de tecnologia você precisa de conhecimento e ter gente qualificada, então a universidade passou a gerar pessoas e desenvolver tecnologia, então em um determinado momento essas pessoas começam a criar empreendimentos. A universidade efetivamente foi e é a origem de todo esse processo, nasceu das engenharias muito por conta de uma decisão na época das engenharias que investiam muita dedicação integral dos professores, com atividade de pesquisa junto à empresa, na extensão e formação do exterior, que hoje é natural, mas na época era inovação e isso atraiu gente boa, alguns alunos se entusiasmaram e começaram a desenvolver negócios e o processo se discriminou.”

Contudo, o entrevistado ainda afirma que, atualmente, o ecossistema da região é menos dependente ou vinculada à universidade, pois já possui um ambiente formulado ao negócio.

Ainda sobre a atuação da UFSC, o entrevistado 11 afirma que as pessoas se tornaram-se mais independentes e maduras para empreender em várias áreas. Ele ainda cita que nos cursos de administração há a atuação das empresas juniores, que formam pessoas qualificadas para saírem das universidades aptas a empreender no âmbito do comércio, indústria e serviços. Todavia, para o enunciante *“não dá para pensar no empreendedorismo só na administração, pois é uma área meio, o empreendedorismo acontece muito nas áreas fins, como as engenharias, saúde e todas as áreas que possuem entrega de algum serviço.”*

O entrevistado supracitado ainda afirma que, por ser uma cidade atrativa, Florianópolis possui culturas de diversos lugares e mão de obra capacitada para suprir as necessidades do ecossistema empreendedor. Nessa conjuntura, o entrevistado 10 corrobora ao afirmar que o município vive um mosaico de pessoas de diversas regiões que trazem bagagens advindas de outros lugares, de modo que acarretou e disseminou uma visão mais desenvolvimentista para os nativos da cidade, gerando um capital intelectual forte e considerável.

Nota-se que os entrevistados consideram que o protagonismo empreendedor de Florianópolis foi disseminado devido ao papel das instituições de ensino como fonte primária de criação de conhecimento e de talentos. (Florida, 2005; Oliveira, Telles, 2011).

As universidades continuam sendo a chave no processo de desenvolvimento empreendedor de Florianópolis. Diante dessa conjuntura, a mesma possui o desafio perante o

desenvolvimento contínuo do ecossistema, pois à medida que a demanda de empreendedores aumenta nas mais diversas áreas: humanas, biológicas, sociais, econômicas, amplia também a necessidade de geração de conhecimento. Logo, o ecossistema deve se desenvolver a partir de uma capacitação contínua de conhecimento diferenciado ou irá a se estagnar. De fato, esse é ponto chave que a universidade tem como desafio futuro no tocante ao ambiente empresarial e inovador na cidade de Florianópolis, em especial a UFSC.

4.6.2 Münster

4.6.2.1 Políticas Públicas

O entrevistado 12 destaca sobre a promoção da cidade como um bom lugar para se viver, sendo esse um fator que estimula a abertura de novos negócios na região, isso devido ao ecossistema da região de Münster que se encontra favorável ao empreendedorismo.

Com relação ao estímulo ao empreendedorismo em Münster, o entrevistado 12 destaca que na região o empreendedorismo recebe mais incentivos privados e pouco apoio público. Alguns dos incentivos estão no *Münster Chamber*, uma câmara na cidade que utiliza voluntários de negócios e líderes civis para promover crescimento econômico e sucessos empresariais na região e também empresas como a *German Tech Entrepreneurship Center – GTEC*, que oferece suporte à startups e corporações, fornecendo ferramentas de estudo de forma gratuita ou como o Programa de Empreendedorismo Comunitário – GAA/UCD, uma parceria entre o Clube Gaelic Athletic Associations – GAA e a University College Dublin – UCD, que apoiam moradores de comunidades rurais para ensinar e proporcionar a oportunidade de se tornarem empreendedores por conta própria.

Considerando que alguns desses apoios são proporcionados através da Universidade, uma das iniciativas é o programa *Bio Inspiration Leadership Training* de Edital 477/2015, uma parceria entre a Universidade de São Paulo – USP e a Universidade de Münster (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2015), com um objetivo de elaborar palestras sobre inovação, liderança e empreendedorismo, com participantes de graduação e de pós-graduação. Outro projeto é o *Venture Club Münster*, que promove o espírito empreendedor dos alunos da cidade Universitária de Münster através de oficinas, palestras e eventos de networking, dando uma visão versátil sobre o mundo do empreendedorismo e dando foco principalmente para os alunos que já possuem alguma ideia inovadora, oferecendo pacotes de consultoria, que são suporte e incentivo para a iniciativa.

Já o entrevistado 13 salienta que alguns programas de patrocínio estão sendo iniciados em bases europeias e sendo executados no âmbito estadual e nacional. Todavia, ele considera que os programas iniciados e executados em bases locais e mais próximo das pessoas são mais eficientes, como ocorre em Münster, pois eles causam mais impacto na região. Além disso, o enunciante cita que o imposto deve ser atribuído de modo que empreendedores desejem e se sintam estimulados a investir em empresas, visto que atualmente a carga tributária é um impasse para a cidade.

Henrekson e Stenkula (2009) dissertam sobre a dificuldade de aberturas de empresas devido taxas altas de juros e impostos. A opinião do entrevistado 13 também corrobora com Allahar e Brathwait (2016) ao citar a simplificação do acesso, tornando o ambiente menos regulatório e com mais opções disponíveis na política pública.

4.6.2.2 Instituições de Suporte

No que se refere às Instituições de Suporte na região de Münster e segundo o entrevistado 12, existem institutos conhecidos e qualificados, como o Fraunhofer-Gesellschaft, que se trata da maior organização de pesquisa aplicada da Europa. Segundo o enunciante, o Instituto Max Planck também fornece pesquisas que de forma independente e autônoma, onde a qualidade da pesquisa deve atender aos critérios da Instituição, realizadas em áreas como ciências naturais, sociais e humanas. Ele explica também sobre o Centro de Pesquisa Münster Tecnologia de Energia Eletroquímica – MEAT (WWU MÜNSTER, 2015), especializado no desenvolvimento de baterias recarregáveis visando a eco-mobilidade, que fica no centro na Universidade de Münster.

Já o entrevistado 7 diz aprovar a “*ideia de incubadoras/aceleradoras pelo governo ou empresas estabelecidas talvez apoiadas pelo governo*”, concordando com Jaccour e Fonseca (2005) no sentido de apoiar uma cultura empreendedora em uma região através das incubadoras, podendo então dar suporte para as mentes inovadoras.

Foi percebido um relevante apoio em questões educacionais, por meio de instituições de suporte com grande destaque em pesquisa, o que explica também o interesse por incubadoras e aceleradoras, que fornecem suportes para empresas novas e startups, que ficam mais evidentes em Münster do que em Florianópolis.

4.6.2.3 *Capital Humano*

No tocante ao capital humano, o entrevistado 13 evidencia o papel das universidades na formação de bases para o desenvolvimento econômico, visto que as mesmas não são orientadas pelo lucro, o que leva mais tempo para se pensar “fora da caixa”, sendo um terreno para a inovação, desenvolvimento de novas ideias e empreendedorismo que contribuem significativamente para o desenvolvimento econômico. O principal fator colocado pelo entrevistado é “*os alunos da universidade e não a própria universidade*”, conferindo com a teoria de Florida (2005) quando fala da universidade como facilitadora de ideias e como um local onde os talentos estão inseridos.

O entrevistado em questão também salienta que o ecossistema de Münster está favorável à inovação, especialmente devido à grande quantidade de estudantes, o que gera a mão de obra barata, porém, qualificada para a região. Ele ainda afirma que, primeiramente, o governo deveria atuar em prol de uma boa educação gratuita. A opinião do entrevistado corrobora com Allahar e Brathwait (2016), principalmente que para evitar essas dificuldades, é preciso de um sistema de incentivos educacionais e de capacitação para o empreendedorismo.

Quando perguntado sobre o papel das universidades no incentivo ao empreendedorismo, o entrevistado 12 comenta sobre o apoio as spin-offs, onde ele destaca também a importância das universidades para ensinar o lado econômico do empreendedorismo, apoiando assim na área técnica do negócio, essa questão também foi analisada por Sarkar (2007), quando coloca a sobrevivência dos novos entrantes ligada a questões econômicas e de inovação de valor, que acaba se tornando uma vantagem competitiva.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas públicas são formuladas em resposta às demandas que emergem do corpo social, sendo a expressão do compromisso público de atuação frente a determinado setor. No tocante às atividades empreendedoras, as políticas públicas se configuram como instrumento de facilitação ao desenvolvimento, manutenção e expansão de empresa. Tal afirmação pressupõe que um ambiente propício ao negócio possui o poder de modificar a realidade econômica de uma região.

Nessa conjuntura, a figura do empreendedor no que tange as ações visando ao desenvolvimento econômico se caracteriza pela constante introdução de inovação e novos negócios, a qual leva a um acréscimo na eficiência econômica e o consequente desenvolvimento econômico de determinada região.

No tocante à cidade de Florianópolis, observou-se que há concordância entre os entrevistados de que o apoio público é tímido e não supre a atual realidade econômica do município. O Brasil se configura como um país capitalista, logo, há de se produzir riqueza para que a administração pública possa ter receitas oriundas de tributos. Partindo dessa premissa, a principal visão extraída das respostas obtidas com as entrevistas foi que o poder público não deve somente amparar ou acomodar os indivíduos, mas sim criar estratégias a fim de estimulá-los na produção de riquezas visando o desenvolvimento econômico e a manutenção do sistema.

Florianópolis é uma cidade que abriga centenas de empresas que atuam no setor tecnológico, logo, antes de analisar a opinião dos entrevistados, há de se considerar a atividade tecnológica como protagonista na cidade no que diz respeito ao desenvolvimento econômico, pelo fato de considerar o tamanho do setor e quantidade de empregos que as mesmas conseguem reter, girando mais a economia. Porém, notou-se o destaque dado às micro e pequenas empresas da região, pautado principalmente no fato do desenvolvimento econômico do município não estar atrelado somente ao setor de maior representatividade ou a grandes empresas e altos investimentos.

Observando as respostas obtidas com os entrevistados alemães, foi possível perceber que o governo local também possui uma posição burocrática frente aos estímulos ao desenvolvimento econômico. Logo, a criação do ecossistema propício à atividade empreendedora se deu por meio de apoio privado, contribuição da universidade e investimentos do governo em infraestrutura local, fatores que forneceram estímulos à atividade empresarial na cidade e, conseqüentemente, contribuem para a economia da região.

Ao analisar o microcrédito como instrumento de inserção social e empreendedorismo, notou-se que para a realidade alemã, o mesmo não se posiciona como um mecanismo para suprir a deficiência do mercado de crédito. Nos países europeus, os mercados financeiros que promovem estímulos à atividade empreendedora estão mais desenvolvidos, dado que as instituições respondem, de um modo geral, às necessidades financeiras da população.

Considerando a realidade brasileira, observou-se que o microcrédito é eficaz nos primeiros estágios de desenvolvimento de um negócio, visto que pode contribuir com a diminuição da informalidade de micro e pequenos negócios. Entretanto, notou-se também que o mecanismo não é eficaz para a principal atividade econômica de Florianópolis, tendo em vista que o setor tecnológico normalmente necessita de outros mecanismos de financiamentos, dado que carecem de valores maiores do que os obtidos com o microcrédito. Entretanto é inegável que se trata de um mecanismo importante para tirar empresas da informalidade, aumentar a arrecadação tributária, estimular iniciativas empreendedoras daqueles que possuem esparsos recursos e incluir na economia formal pessoas que sofrem com a exclusão social.

Desse modo, conclui-se que para a atual configuração econômica da Alemanha, o microcrédito não surte efeitos impactantes. Porém, para o Brasil, o instrumento pode ser uma forma de promover e despertar o empreendedorismo para aqueles que não possuem acesso a altos valores monetários para iniciar ou manter o negócio, dado que o sistema tradicional ainda apresenta dificuldades de obtenção de financiamentos, no qual se aproximam as médias e grandes empresas. Nesse sentido, ressalta-se também a necessidade de sustentar o apoio financeiro em longo prazo fornecido pelo microcrédito, dado que as empresas necessitam de valores maiores à medida que o negócio se desenvolve.

Algumas tendências comuns foram percebidas ao tratar da informalidade como fonte de empreendedorismo e inovação. Na conjuntura brasileira, a economia informal é uma realidade presente quando se trata das atividades empreendedoras. Observou-se que alguns entrevistados a consideram como uma fonte de empreendedorismo, pois a mesma pode ser benéfica no sentido de surgimento de inovações e novas ideias. Todavia, a maioria dos entrevistados citou a concorrência desleal e a necessidade de se criar ações governamentais a fim de formar um ambiente propício ao negócio para que seja possível estimular a formalidade. Isso se deve a percepção negativa gerada por atores sociais como camelos e ambulantes que geram concorrência desleal com negócios legalmente estabelecidos.

No tocante à realidade alemã, notou-se que a economia informal é considerada uma forma empreendedorismo, na qual as interações, sejam elas formais ou informais, possuem o

poder de gerar inovações. A informalidade é vista muitas vezes como um estágio no desenvolvimento do negócio.

Dado o exposto, conclui-se que a realidade econômica e social entre os dois países foi novamente determinante para as respostas obtidas. O brasileiro considera a prática informal como parte de uma concorrência desleal, no entanto, a reconhece como consequência de custos associados ao pleno cumprimento das leis que pressionam empresas menos competitivas a entrarem e permanecerem na informalidade, como o excesso de entraves burocráticos e custos elevados para abrir e manter uma empresa. No tocante à Alemanha, a economia informal não é predominante, dado que trata-se de um país desenvolvido, no qual existem poucas estruturas informais e exclusão social, de modo que possa ser considerada com uma prática positiva para as atividades empreendedoras e geração de inovação.

Com relação ao ecossistema empreendedor das duas regiões objeto de estudo, notou-se que a Prefeitura Municipal de Florianópolis têm se mobilizado para formular políticas públicas que possam contribuir, principalmente, nas questões de desburocratização de abertura de empresas, bem como estimular financeiramente as organizações de cunho tecnológico por meio do Fundo Municipal de Inovação, como também políticas pautadas na atração de grandes empresas de base tecnológica para a cidade por meio de incentivos fiscais, como o programa de Incentivo Fiscal à Inovação. De uma maneira geral, foi possível identificar na conjuntura brasileira que as principais medidas necessárias para promover e desenvolver o empreendedorismo foram a redução da burocracia, a melhora da capacitação profissional, a promoção de reformas fiscais e o aumento dos incentivos para a inovação. As iniciativas desenvolvidas no município de Florianópolis são importantes para o estímulo empreendedor, no entanto, por serem medidas que ainda estão em estágio de implantação, não geraram resultados visíveis. De fato, a cidade está desenvolvendo estratégias de curto prazo (estratégias de desburocratização de abertura de empresas), médio prazo (atração de empresas para a cidade) e longo prazo (fundos de inovação).

No tocante à Münster, o ecossistema de empreendedorismo foi formulado com pouco apoio do setor público, recebendo mais incentivos privados. Desse modo, percebe-se que o ambiente de negócios da cidade alemã se deu por meio da atratividade da cidade como um bom lugar para se viver, o qual torna Münster um local favorável ao empreendedorismo. Logo, notou-se que os incentivos destinados ao empreendedorismo em Münster são mais elaborados pelas atividades conectadas à Universidade e às instituições de suporte do que pelo setor público.

Em suma, observou-se que Florianópolis e Münster são cidades reconhecidas por terem promovido ecossistema inovadores. O capital humano advindo das instituições de ensino superior são um dos principais elementos comuns de desenvolvimento do ambiente propício ao negócio nas duas regiões. Percebe-se que a UFSC e a Universidade de Münster – instituições protagonistas das regiões – formam uma força de trabalho altamente qualificada, de modo que contribuem para suprir as necessidades de mão de obra capacitada, formando um terreno para a inovação, desenvolvimento de novas ideias e manutenção do ecossistema empreendedor. Ambas as cidades são também reconhecidas nacionalmente por apresentarem qualidade de vida superior as respectivas médias nacionais, fato esse que torna as duas cidades atrativas para empreendedores.

Outro elemento de destaque entre as cidades foi a conexão entre empresas e instituições de suporte. Em ambos os casos, notou-se a importância da criação de parques tecnológicos, incubadoras e outras instituições que alicerçam o ambiente para promover o empreendedorismo inovador. Desse modo, conclui-se que ambas as cidades possuem um capital intelectual forte e considerável e instituições que suportam e contribuem para a formação e o desenvolvimento do ambiente. Enquanto as incubadoras em Florianópolis são majoritariamente públicas, em Münster elas são privadas.

Contudo, percebe-se que na cidade de Florianópolis o conceito de Tríplice Hélice de Etzkowitz e Leydesdorff (2000) está mais evidente, com maior integração, ainda que não suficiente, entre empresas, universidade e governo. Já na cidade alemã, a conexão fica mais a cargo das relações entre universidades e empresas, com poucas ações promovidas pelo setor público. Esse cenário descrito da cidade de Münster pode ser explicado devido ao fato de que a região é mais desenvolvida economicamente do que Florianópolis. Diante desse fato, demandam menos suporte governamental para essas questões.

5.1 CONCLUSÕES

Os dados coletados nessa pesquisa permitiram concluir que as políticas públicas fornecem suporte para a criação de um ecossistema favorável ao empreendedorismo por meio de programas governamentais que estimulam de alguma forma a atividade empresarial.

O conceito de ecossistema de empreendedorismo remete à ecologia do meio ambiente, onde cada espécie precisa estar conectada à outra para sobreviver. Desse modo, o ecossistema favorável exige um equilíbrio eficaz entre os agentes: setor público, empreendedores, aceleradoras e incubadoras, universidades, grandes empresas e associações empresariais.

Nessa conjuntura, todos têm um papel no ambiente e qualquer ação isolada possui efeito limitado. Portanto, a sinergia entre os vários atores é fundamental para o sucesso.

Outra questão destacada no trabalho diz respeito à heterogeneidade entre as cidades estudadas, considerando elementos específicos como estrutura econômica, nível de escolaridade da população, tipos de organizações e cultura. Aqui cabe destacar a importância de como os atores sociais e a economia da região afetam o espaço e alteram as necessidades de ações específicas do setor público. Nesse cenário, a realização do presente estudo trouxe um diagnóstico relevante: as respostas obtidas receberam influências da realidade econômica entre os dois países, principalmente no que tange a economia informal, métodos de financiamentos e incentivos públicos ao empreendedorismo e ao desenvolvimento econômico.

Todavia, essa pesquisa demonstrou que mesmo com ambientes econômicos e sociais distintos, Florianópolis e Münster apresentaram padrões similares de promoção do ecossistema de empreendedorismo, principalmente por meio das relações sinérgicas entre capital humano proveniente das universidades e instituições que oferecem suporte para o desenvolvimento de empresas. O Brasil e a Alemanha apresentam cenários diferentes: social, econômico e cultural. Mesmo assim, nenhum dos dois ecossistemas repelem o surgimento e o sucesso de novos negócios, ao contrário, estimulam-nos.

Conclui-se, portanto, que as ações públicas voltadas ao desenvolvimento do ecossistema de Münster possuem uma abordagem proativa, na qual o governo desenvolveu a infraestrutura local que estimulou indiretamente o ambiente empresarial. Já as ações do setor público de Florianópolis possuem um caráter reativo, visto que as políticas públicas começaram a ser formuladas por meio da crescente demanda de um ecossistema que já estava arquitetado. No cenário atual da cidade brasileira, percebe-se que há ações governamentais fragmentadas sendo idealizadas ou colocadas em prática. Entretanto, ainda falta uma coordenação pública do governo para elas caminharem na mesma direção.

As principais limitações encontradas no desenvolvimento do trabalho foram com relação à coleta e compilação de dados, pois houveram dificuldades em obter uma amostra mais significativa para a análise de dados da cidade alemã, tendo em vista a falta de recursos financeiros e de tempo para ir até o local a fim de se coletar dados. Diante desse fato, não foi possível atingir um número maior de entrevistados na cidade alemã.

A principal contribuição deste trabalho é discutir a implementação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento econômico de modo comparativo entre dois países. Esse tipo de abordagem oferece importantes *insights* que permitem refletir sobre as políticas públicas existentes em cada localidade.

Visando a continuidade da pesquisa, sugere-se que sejam realizadas atualizações periódicas do comparativo entre o Brasil e a Alemanha na perspectiva de análise de políticas públicas voltadas ao ecossistema empreendedor, em caráter de atualização das informações. Nesse sentido, sugere-se também o estudo dos efeitos futuros das políticas públicas que estão sendo idealizadas para o ambiente de negócios de Florianópolis.

REFERÊNCIAS

- ABRUCIO, Fernando Luiz. Trajetória recente da gestão pública brasileira: um balanço crítico e a renovação da agenda de reformas. **Revista de Administração Pública**, v. 41, p. 67-86, 2007.
- ALLAHAR, Haven; BRATHWAITE, Candace. Business Incubation as an Instrument of Innovation: The Experience of South America and the Caribbean. **International Journal of Innovation (IJI Journal)**, v. 4, n. 2, p. 71-85, 2016.
- AMARAL, Roberto Rogério. **A arquitetura da liderança nos parques científicos e tecnológicos da Catalunha**: uma abordagem estratégica. 2014. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina.
- ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**: elaboração de trabalho na graduação. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- ARAGÃO, Cecília Vescovi de. **Burocracia, eficiência e modelos de gestão pública**: um ensaio. *Revista de Serviço Público*, ano 48, n. 3, set./dez., 1997.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BANKEN-AUSKUNFT (Münster). **Kleinstkredite** - Kleinkredit. Disponível em: <https://www.banken-auskunft.de/vergleich/minikredit?utm_source=Google&utm_medium=CPC&utm_term=kleinstkredite&utm_campaign=GSKredit_Kleinkredit&gclid=Cj0KEQjw9r7JBRCj37PlItTskaMBEiQAKTzTfBPS3hsziolBNs5R0NNc-Cdj9k9pSyvzeTotsMQ4QcgaAliS8P8HAQ>. Acesso em: 02 jun. 2017.
- BEZERRA, E.; SILVA, G.; BORGES, C.; TONDOLO, L. **Políticas Públicas de Empreendedorismo no Brasil**: Levantamento e Análise. Anais do VIII Encontro de Estudos em Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas (EGEPE), Goiânia, 2014. Disponível em: <<http://www.egepe.org.br/anais/tema12/324.pdf>> Acesso em: 17 de set. de 2016.
- BICAS, Harley E. A.; RODRIGUES, Maria de Lourdes Veronese. **Metodologia científica**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Cultura Médica: Guanabara Koogan, 2011.
- BORGES JÚNIOR, Cândido; FERREIRA, Vicente da Rocha Soares; NAJBERG, Estela; COSTA, Clara Santos. **Políticas Públicas de Apoio ao Empreendedorismo**: Análise de sua Presença (ou Ausência) em duas Regiões Turísticas do Estado de Goiás. Anais do VI Encontro de Estudos em Estratégia. Bento Gonçalves, 2013.
- BURLAMAQUI, Leonardo; PROENÇA, Adriano. **Inovação, recursos e comprometimento**: em direção a uma teoria estratégica da firma. *Revista Brasileira de Inovação*, v. 2, n. 1 jan/jun, p. 79-110, 2009.
- BUSCHMANN, Asngar; MEYER, Bernardo; SCHEWE, Gerhard. **Factor state innovative ecosystems**: A comparison between Brazil and Germany. The Latin American and European Meeting on Organization Studies (LAEMOS), Viña del Mar, 2016.

CACCIAMALI, Maria Cristina. **Globalização e processo de informalidade**. Economia e sociedade, v. 9, n. 1, pp. 153-174, 2016.

CAREGNATO, Rita Catalina Aquino; MUTTI, Regina. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. Florianópolis: Texto contexto enferm, v. 15, n. 4, Out./Dez., p. 679-84, 2006.

CARREE, Martin A.; THURIK, A. Roy. **The impact of entrepreneurship on economic growth**. In: Handbook of entrepreneurship research. Springer US, 2003. p. 437-471.

CARVALHO, Luísa Margarida Cagica; VIANA, Adriana Backx Noronha; MANTOVANI, Daielly Melina Nassif. **O papel da FAPESP no ecossistema empreendedor do Estado de São Paulo**. Revista de Administração, Contabilidade e Economia da Fundace, v. 7, n. 1, 2016.

CAVALCANTE, André Bezerra. **Programa de microcrédito no nível local: uma alternativa de política pública para ampliar as oportunidades de negócio dos micro e pequenos empreendimentos formais e informais**. 2002. Dissertação de Mestrado. FGV/EAESP.

CERQUEIRA, Daniel Lima; SANTOS, Penalva; LEITE, Emanuel Ferreira; FONSECA, Stêvenis Moacir Moura de. Políticas Públicas de Fomento ao Empreendedorismo no Estado de Pernambuco. **Desenvolvimento em Questão**, v. 12, n. 28, p. 144-169, 2014.

COSTIN, Claudia. **Administração Pública**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

COSTANZI, Rogério Nagamine. **Microcrédito no âmbito das políticas públicas de trabalho e renda**. Repositório do Conhecimento do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, 2002.

DOLABELA, Fernando. **Oficina do empreendedor: a metodologia de ensino que ajuda a transformar conhecimento em riqueza**. Sextante, 2011.

DOLABELA, Fernando. **O Segredo de Luísa**. Rio de Janeiro: Sextante, 2008. 242 p.

DORNELAS, José Carlos Assis. **Empreendedorismo: transformando ideias em negócios**. 8. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

DRUCKER, Peter. **Inovação e Espírito Empreendedor**. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

EDQUIST, Charles. **Systems of innovation: technologies, institutions, and organizations**. Psychology Press, 1997.

ETZKOWITZ, H.; LEYDESDORFF, L. **The dynamics of innovation: from National Systems and “Mode 2” to a Triple Helix of university – industry – government relations**. Science and Technology, 2000, v. 1, n. 2, p. 109-123.

FERRONATO, Airto João. **Gestão contábil-financeira de micro e pequenas empresas: sobrevivência e sustentabilidade**. São Paulo: Atlas, 2011.

FLORIDA, Richard. **Cities and the creative class**. Routledge, Nova York – London. 2005.

FONTENELE, Raimundo Eduardo Silveira. **Empreendedorismo, Competitividade e Crescimento Econômico: Evidências Empíricas**. Revista de Administração Contemporânea, v. 14, n. 6, p. 1094, 2010.

FONTENELE, Raimundo Eduardo Silveira; SOUZA, Paulo Francisco Barbosa; LIMA, Alexandre Oliveira. **Empreendedorismo e crescimento econômico e competitividade dos BRICS: uma análise empírica a partir dos dados do GEM e GCI**. Anais. Rio de Janeiro. ANPAD, 2011.

FRAUNHOFER. **Pesquisa aplicada em benefício das pessoas**. Disponível em: <<http://www.brazil.fraunhofer.com/pt.html>>. Acesso em: 02 jun. 2017.

FREY, Klaus. **Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil**. Planejamento e políticas públicas, n. 21, 2009.

FURTADO, Celso. **Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

GAA-UCD. **Community Entrepreneurship Programme**. 2014. Disponível em: <<http://munster.gaa.ie/2014/05/11/gaa-ucd-community-entrepreneurship-programme/>>. Acesso em: 02 jun. 2017.

GARNICA, Leonardo Augusto; JUGEND, Daniel. **Estímulo à inovação em empresas de base tecnológica de pequeno porte: uma análise da lei federal brasileira de inovação**. Revista da Micro e Pequena Empresa, Campo Limpo Paulista, v. 3, n. 1, pp. 82-98, 2009.

GEM - Global Entrepreneurship Monitor (2015). Disponível em: <[http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/c6de907fe0574c8ccb36328e24b2412e/\\$File/5904.pdf](http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/c6de907fe0574c8ccb36328e24b2412e/$File/5904.pdf)> Acesso em: 24 de set. 2016.

GERHARDT, Tatiana S.; SILVEIRA, Denise T. (orgs.) **Métodos de pesquisa. Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS**. Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GOMES, Myller Augusto Santos; PEREIRA, Fernando Eduardo Canziani. **Hélice Tríplice: Um ensaio teórico sobre a relação Universidade-Empresa-Governo em busca da inovação**. International Journal of Knowledge Engineering and Management (IJKEM), v. 4, n. 8, p. 136-155, 2015.

GOMES, Marcus Vinícius Peinado; ALVES, Mário Aquino; FERNANDES, Renê José Rodrigues. **Políticas Públicas de Fomento ao Empreendedorismo e às Micro e Pequenas Empresas**. Programa Gestão Pública e Cidadania - FGV, São Paulo, 2013. Disponível

GRIN, Eduardo José; ACOSTA, Felipe Guerra; SARFATI, Gilberto; ALVES, Mario Aquino; GOMES, Marcos Vinícius Peinado; SPINK, Peter Kevin; FERNANDES, Rene José Rodrigues. **Desenvolvimento de políticas públicas de fomento ao empreendedorismo em estados e municípios**. 2012.

GTEC. **German Tech Entrepreneurship Center**. Disponível em: <<http://gtec.berlin/>>. Acesso em: 02 jun. 2017.

GUIMARÃES, Gonçalo; PEREIRA, Eliane Ribeiro. **Informalidade, exclusão e desenvolvimento**. Um olhar territorial para o desenvolvimento: Sudeste. Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 2015.

GUIMARÃES, Tomas de Aquino. **A nova administração pública e a abordagem da competência**. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 34, n. 3, maio/jun. 2000.

HENREKSON, Magnus; STENKULA, Mikael. **Entrepreneurship and public policy**. 2009.

HENREKSON, Magnus; STENKULA, Mikael. Entrepreneurship and public policy. In: Working Paper. **Handbook of Entrepreneurship Research**. Springer New York, 2010. p. 595-637.

HÖFLING, Eloisa de. **Estado e políticas (públicas) sociais**. Cadernos Cedes, v. 21, n. 55, p. 30-41, 2001.

HUGHEY, Aaron W.. **Class distinctions for the global economy**. Basic Books. New York, pp. 73-74, fev. 2003.

IBGE. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/v4/municipio/420540>. Acesso em 03 de maio de 2017.

ILHO, Victor Wunsch. **Perfil epidemiológico dos trabalhadores**. Rev Bras Med Trab, v. 2, n. 2, p. 103-17, 2004.

ISENBERG, Daniel. **How to start an Entrepreneurial Revolution**. Harvard Business Review, v. 88, n. 6, 2010, p. 40-51.

ISENBERG, Daniel. **What an Entrepreneurship Ecosystem Actually is**. Harvard Business Review. 2014.

JABBOUR, Charbel JC; DIAS, Paulo Roberto; FONSECA, Sergio Azevedo. **As incubadoras de empresas como redes empresariais pró-inovação**. Revista GEPROS, n. 1, pp. 100-109, 2005.

JÚNIOR, Edmundo Inácio; DIONISIO, Eduardo Avancchi; GIMENEZ, Fernando Antônio Prado; MORINI, Cristiano. **Análise do Ecosistema Empreendedor do Brasil**. IX EGEPE – Encontro de Estudos sobre Empreendedorismo e Gestão de Empresas. Passo Fundo – RS, 2016.

KRAYCHETE, Gabriel; LARA, Francisco; COSTA, Beatriz. **Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia**. Petrópolis: Vozes, 2000.

LEDGERWOOD, Joanna (ed.); EARNE, Julie; NELSON, Candace. **The new microfinance handbook: A financial market system perspective**. World Bank Publications, 2013.

LEONE, Eugenia Troncoso. **O perfil dos trabalhadores e trabalhadoras na economia informal**. ILO, 2010.

LOPES, Rodrigo. **A economia informal no Rio de Janeiro: problema ou solução**. Mauad Editora Ltda, 1996.

LUNDVALL, Bengt-Ake (ed). **National Innovation System: towards a theory of innovation and interactive learning**. Pinter, London, 1992.

MACIEL, Luiza. **Münster: a cidade alemã das bicicletas**. 2016. Disponível em: <<http://thecityfixbrasil.com/2016/10/21/munster-a-cidade-alema-das-bicicletas/>>. Acesso em: 10 jun. 2017.

MAGALHÃES, Reginaldo Sales; FAVARETO, Arilson; SOUZA, Maria CM. **Desenvolvimento e empreendedorismo: dinamização das economias locais, microfinanças e comércio solidário**. Informações Econômicas, São Paulo, v. 37, n. 12, p. 23-35, 2007.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARSHALL, Alfred. **The principle of economics**. London: Macmillan, 1972.

MARTINS, Luciano. **Reforma da administração pública e cultura política no Brasil: uma visão geral**. 1997.

MARTINS, Paulo Emílio Matos; PIERANTI, Octavio Penna. **Estado e gestão pública: visões do Brasil contemporâneo**. FGV Editora, 2006.

MASON, Colin; BROWN, Ross. **Entrepreneurial ecosystems and growth oriented entrepreneurship**. Final Report to OECD, Paris, 2014.

MICHEL, Maria Helena. **Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais**. 2 ed. São Paulo: Editora Atlas, 2009.

MINTZBERG, Henry; JORGENSEN, Jan. **Una estrategia emergente para la política pública**. **Gestión y Política Pública**, v. 4, n. 1, México, 1995. p.25-46.

MPG. **Max Planck Gesellschaft**. Disponível em: <<https://www.mpg.de/institutes>>. Acesso em: 02 jun. 2017.

MUNSTER CHAMBER (Münster). **About Us**. Disponível em: <<http://www.munsterchamber.org/about-us>>. Acesso em: 02 jun. 2017.

NERI, M. **Sem garantias, nem crédito**. Conjuntura Econômica. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, pp. 54-56. Out. 2003.

OLIVEIRA, Carlos Arruda; COZZI, Afonso; NOGUEIRA, Vanessa; COSTA, Vinícius. **O Ecossistema Empreendedor Brasileiro de Startups: Uma análise dos determinantes do**

empreendedorismo no Brasil a partir dos pilares da OCDE. Núcleo de Inovação e Empreendedorismo, 2013.

OLIVEIRA, Fátima Bayma de. **Política de gestão pública integrada**. FGV Editora, 2008.

OLIVEIRA, João Fernando Gomes de; TELLES, Luciana Oliveira. **O papel dos institutos públicos de pesquisa na aceleração do processo de inovação empresarial no Brasil**. Revista USP, n. 89, pp. 204-217, 2011.

PAULA, Ana Paula Paes de. **Por uma nova gestão pública: limites e potencialidades da experiência contemporânea**. FGV Editora, 2005.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **Da administração pública burocrática à gerencial**. Revista do Serviço público, v. 47, n. 1, p. 07-40, 2015.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **Reforma da nova gestão pública: agora na agenda da América Latina, no entanto...** Revista do Serviço Público. ano 53, n. 1, jan./mar., 2002.

PORTER, Michael Eugene. **Clusters and the New Economics of Competition**. Harvard College of Business, 1998.

Prefeitura de Florianópolis (2016). Polo Tecnológico. Disponível em: <http://www.pmf.sc.gov.br/entidades/turismo/index.php?cms=polo+tecnologico&menu=12>. Acesso em 25 de maio de 2017.

QUEIROZ, Júlia Mello de. **Desenvolvimento econômico, inovação e meio ambiente: a busca por uma convergência no debate**. Cadernos do Desenvolvimento, Rio de Janeiro, v. 6, n. 9, p. 143-170, 2011.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

RMW&C RECHTSANWÄLTE UND ADVOGADOS (Münster). **Áreas de Atuação. Criação de Empresa na Alemanha**. 2012. Disponível em: <<http://www.rmwc.eu/pt-br/areas-de-atuacao/criacao-de-empresa-na-alemanha>>. Acesso em: 02 jun. 2017.

SACHS, Ignacy. **Inclusão social pelo trabalho decente: oportunidades, obstáculos, políticas públicas**. Estudos Avançados, v. 18, n. 51, pp. 23-49, 2004.

SANOBIO, Marcos Tenure; DAVID, Marcus Vinicius. **Globalização e seus impactos nas Micro e Pequenas Empresas-MPEs**. Anais do III SEGeT - Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia, 2006. Disponível em: <http://www.aedb.br/seget/artigos06/838_GETEC%20Globalizacao%20e%20MPEs%202006.pdf> Acesso em: 24 de set. de 2016.

SANTA RITA, Luciana Peixoto; OLIVEIRA SÁ, Eliana Maria de Oliveira; RADAELLI, Vanderleia; GADELHA, Denise Pinto; JUNIOR, Celio Cabral de Sousa; UGGIONI, Natalino; FAIAD, Michele Mamede. **Sistema nacional de inovação: Uma análise dos sistemas na Alemanha e no Brasil**. Anais do ALTEC, XVI - Congresso Latino-Iberoamericano de Gestão da Tecnologia, 2015.

SARKAR, Soumodip. **Empreendedorismo e inovação**. Escolar Editora, 2007.

SCHUMPETER, Joseph Alois. **Teoria do Desenvolvimento Econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SECCHI, Leonardo. **Modelos organizacionais e reformas da administração pública**. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 43, n. 2, p. 347-369, 2009.

SELA, Vilma Meurer; SELA, Francis Ernesto Ramos; COSTA, Saulo Cesar da. **A importância do Microcrédito para o desenvolvimento econômico e social: um estudo sobre as contribuições proporcionadas pelo Banco do Povo de Maringá aos tomadores de Microcrédito**. ENANPAD, Salvador. Anais. ANPAD, 2006.

SILVEIRA FILHO, Albuquerque et al. Microcrédito na região metropolitana do Recife: experiência empreendedora do Ceape. 2005. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco.

SOTO, Hernando de; GHERSI, Enrique; GHIBELLINI, Mario. **El otro sendero**. Editorial El barranco. 1987.

SOUZA, Celina. **Políticas públicas: uma revisão da literatura**. Sociologias, Porto Alegre v. 8, n. 16, pp. 20-45, jul./dez. 2006.

STADT MÜNSTER (Münster). **Faltblatt Muenster im Spiegel**. 2015. Disponível em: <http://www.stadt-muenster.de/fileadmin//user_upload/stadt-muenster/61_stadtentwicklung/pdf/zahlen/Faltblatt_Muenster_im_Spiegel_2016_en.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2017.

STADT MÜNSTER (Münster). **Förderprogramme**. 2016. Disponível em: <<http://www.stadt-muenster.de/ms/umweltamt/foerderprogramme/foerderprogramme.php?kuerzel=kfwMittel&task=searchByAbbr>>. Acesso em: 02 jun. 2017.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (São Paulo). **Bio-Inspired Leadership Training**. 2015. Disponível em: <<https://uspdigital.usp.br/mundus/editalintercambiopublicoarq?codediitb=477&tiparqediitb=E>>. Acesso em: 02 jun. 2017.

VACCARO, Guilherme Luís Roehe; MENDES, Carlos Alberto. **O Processo de Inovação em Tríplice Hélice: uma Análise de Casos da Coréia do Sul**. In: 8º Congresso Brasileiro de Gestão de Desenvolvimento de Produto–CBGDP. Porto Alegre. 2011.

VENTURE CLUB MÜNSTER (Münster). Disponível em: <<https://ventureclub-muenster.de/>>. Acesso em: 02 jun. 2017.

YUNUS, Muhammad. **O Banqueiro dos Pobres**. 1ª ed. São Paulo, Editora Ática, 2002

WWU MÜNSTER (Münster). **Innovation Office University of Münster (AFO)**. 2016. Disponível em: <<https://www.uni-muenster.de/AFO/en/about/index.html>>. Acesso em: 02 jun. 2017.

WWU MÜNSTER (Münster). **MEET: Where science meets industry**. 2015. Disponível em: <<http://www.uni-muenster.de/MEET/en/>>. Acesso em: 02 jun. 2017.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e método**. Tradução de Daniel Grassi. 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZAYAS, José Molero; CARRILLO, Georgina Maldonado. **Contrastes entre spin-offs universitarios y empresas de base tecnológica independientes**: el caso del Parque Científico de Madrid. Dirección y Organización, n. 46, p. 16-30, 2012.

APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

- 1- Como a administração pública tem apoiado o desenvolvimento econômico?
- 2- O empreendedorismo é estimulado na sua região? Quais são os principais fatores de estímulo?
- 3- O ecossistema da sua região é favorável ao surgimento de inovações?
- 4- Qual o papel das instituições de ensino da região para o desenvolvimento das atividades empreendedoras?
- 5- Você acredita que a economia informal é uma fonte de empreendedorismo e inovação? Por quê?
- 6- Você acredita no microcrédito como uma política pública de desenvolvimento econômico e inserção social?
- 7- O que você acha que o governo deveria fazer para estimular o desenvolvimento empreendedor em uma região?
- 8- As atuais políticas públicas de incentivo ao empreendedorismo têm sido eficazes?